

Si Adam, 1723-1790



1290003793

TCC/UNICAMP

Si45p

1290003793/IE



UNICAMP

Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Economia

Por um Projeto de Império em Adam Smith

Monografia apresentada ao término do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Roberto Resende Simiqueli

Orientadora: Lígia Maria Osório Silva

Silva, Lígia Maria Osório

Campinas, Novembro de 2008

TCC/UNICAMP

Si45p

1290003793/IE

1

CEDOC/IE/UNICAMP

829006 via

Dedico este trabalho à memória de minha avó Carmen, figura de rara disposição e
espirituosidade, cuja lembrança continua a me animar a seguir em frente com bom
humor, determinação e dignidade.

“Ancora confuso era lo stato delle cose del mondo, nell’Evo in cui questa storia si svolge. Non era raro imbattersi in nomi e pensieri e forme e istituzioni cui non corrispondeva nulla d’esistente. E d’altra parte il mondo pullulava di oggetti e facoltà e persone che non avevano nome né distinzione dal resto. Era un’epoca in cui la volontà e l’ostinazione d’esserci, di marcare un’impronta, di fare attrito con tutto ciò che c’è, non veniva usata interamente, dato che molti non se ne facevano nulla - per miseria o ignoranza o perché invece tutto riusciva loro bene lo stesso - e quindi una certa quantità ne andava persa nel vuoto. Poteva pure darsi allora che in un punto questa volontà e coscienza di sé, così diluita, si condensasse, facesse grumo, come l’impercettibile pulviscolo acquoreo si condensa in fiocchi di nuvole, e questo groppo, per caso o per istinto, s’imbattersse in un nome e in un casato, come allora ne esistevano spesso di vacanti, in un grado nell’organico militare, in un insieme di mansioni da svolgere e di regole stabilite; e - soprattutto - in un’armatura vuota, ché senza quella, coi tempi che correvano, anche un uomo che c’è rischiava di scomparire, figuriamoci uno che non c’è...”

Italo Calvino, *Il Cavaliere Inesistente*

Sumário

<i>Agradecimentos</i>	4
<i>Introdução</i>	6
<i>Capítulo I – Revisitando as Críticas de Smith ao Colonialismo</i>	9
<i>Parte I – Smith em Perspectiva Histórica</i>	10
<i>Parte II – A Crítica ao Colonialismo</i>	15
<i>Parte III – Benians e o Projeto de Império Smithiano</i>	30
<i>Capítulo II – Imperialismo do Livre Comércio: Proposição Original e Críticas</i>	35
<i>Parte I – “The Imperialism of Free Trade” de Gallagher e Robinson</i>	36
<i>Parte II – A Crítica de MacDonagh e o papel da Manchester School</i>	42
<i>Parte III – Índia e as Divergências Entre os Manchesterianos</i>	50
<i>Parte IV – As Objeções de Platt</i>	54
<i>Conclusões</i>	62
<i>Referências Bibliográficas</i>	64

Agradecimentos

Foram muitos aqueles que me auxiliaram não só durante a redação deste trabalho, mas também ao longo da exaustiva e muitas vezes angustiante trajetória do curso de graduação. Desta forma, peço desculpas por qualquer eventual omissão – aqueles cujos nomes constam desta sessão (e certamente os que se dedicaram a lê-la, ainda que sem menção) provavelmente reconhecem minha péssima memória, e saberão perdoá-la.

Devo agradecimentos, antes de mais nada, a meus pais - Carmen Lúcia e Sebastião – que, em vinte e poucos anos de convivência nem sempre estável, nem sempre amistosa, souberam me incentivar, apoiar e reconhecer meus progressos, ainda que estes fossem dados aos tropeços, e ainda que o reconhecimento só viesse à sua peculiar maneira. Agradecimentos especiais ao meu irmão, Felipe, companheiro das horas de diversão e das várias noitadas em companhia do restante dos C.K.s, e a meu avô, Lilico, exemplo de espirituosidade e amor à vida. A vocês, meu muito obrigado.

Agradeço também aos amigos fiéis que me acompanharam ao longo desta jornada. Poderia até dizer que os nomes são muitos e culpar a falta de memória mais uma vez, mas aqui certamente me lembro de todos, ou ao menos de todos aqueles que fizeram a diferença, seja lendo e criticando meus trabalhos ou dividindo a conta ao fim da noite. A Leandro Pereira, Diogo Barbosa, Marcos Favaretto, Gabriel Lutti, André Acosta, Vítor Fernandes, Felipe Martinez e Andrea Roque, meus agradecimentos mais do que especiais.

Este trabalho representa a conclusão de cinco anos de estudos e aprendizado, que não seriam possíveis sem a colaboração de uma série de docentes dedicados, dispostos e cuja inspiradora presença me incentivou a seguir adiante não só no bacharelado como nas pesquisas de Iniciação Científica e Monografia. Agradeço, portanto, aos professores das cadeias de História Econômica, Economia Política, Introdução à Microeconomia e História do Pensamento Econômico, que me proporcionaram ótimos momentos em sala de aula e uma respeitável carga de conhecimento. Agradecimentos especiais ao professor Eduardo Mariutti por ter aceito fazer parte da banca de avaliação deste trabalho.

À professora Lígia Maria Osório Silva, minha orientadora, deixo os últimos agradecimentos - por todo o apoio, paciência, confiança, dedicação e inigualável bom humor ao longo destes quatro anos de convivência e trabalho, sem os quais eu certamente não seria capaz de empreender este trabalho, muito menos ter a certeza de que a graduação representou não só uma etapa de desenvolvimento acadêmico como de crescimento pessoal. Muito obrigado.

Introdução

Ainda que a redação deste texto seja relativamente recente, as pesquisas que conduziram à escolha do tema e a muitas das posições aqui defendidas tiveram início em Agosto de 2007, quando, seis meses após a conclusão de minha iniciação científica, discuti com a professora Lígia Osório a possibilidade de desenvolver novo trabalho, em caráter de monografia. Na época, meu interesse central era discutir as relações entre pensamento econômico clássico e pensamento estratégico moderno, no intuito de traçar paralelos entre tais áreas e estabelecer alguma relação entre os desenvolvimentos teóricos nos dois campos, em seu princípio.

Após algumas leituras sobre história da guerra e economia política clássica, encontrei em um artigo de E. H. Benians, titular da cadeira de economia política de Cambridge na década de 20 do século passado, uma proposta que me parecia muito instigante: a discussão sobre imperialismo n'*A Riqueza das Nações*, ou como o posicionamento de seu autor sobre o sistema colonial, razão da redação do livro IV de sua grande obra, constituía mais do que a recriminação das políticas mercantilistas tão populares entre os Estados modernos. No trabalho em questão, intitulado “Adam Smith's Project of an Empire”, o autor parte da leitura cuidadosa dos fragmentos relacionados à crítica do colonialismo para concluir que Smith teria preconizado uma estrutura diferenciada de “império” liberal, recomendando a garantia de autonomia e representação aos territórios separados da mãe-pátria como forma de consolidar laços de amizade entre um conjunto de nações – laços estes muito mais eficazes que aqueles estabelecidos pela força, pela dominação territorial.

Partindo das questões levantadas por Benians, tomei conhecimento, por meio

das recomendações de leitura de minha orientadora, da discussão travada na *The Economic History Review* acerca da definição de imperialismo do livre comércio apresentada por John Gallagher e Ronald Robinson ainda no início da década de cinquenta sob o título de “The Imperialism of Free Trade”. Para estes autores, a trajetória do Império Britânico ao longo do século XIX poderia ser entendida com um movimento contínuo de expansão em duas instâncias distintas: uma formal, outra informal. Assim, ainda que houvesse contração das possessões formais, tal mudança poderia muito bem estar relacionada a uma expansão da influência política e/ou econômica exercida pelo Império em uma dada localidade – justificando o avanço do domínio exercido pela Grã-Bretanha sobre o restante do globo mesmo nas circunstâncias em que esta optava por “abrir mão” do controle sobre um território específico.

Interessado na sinergia entre as duas interpretações, me dediquei a reavaliar o livro IV d'*A Riqueza das Nações* no intuito de procurar argumentos que justificassem as asserções de Benians e permitissem algum paralelo com a tese de Gallagher e Robinson. Nossa proposta original consistia em contrapor a metodologia empregada pelos autores ao posicionamento de Adam Smith sobre as colônias em busca de argumentos que justificassem a posição tomada pelo autor de “Adam Smith's Project of an Empire”.

Em seu desenvolvimento, o projeto passou por algumas modificações. Optamos por suprimir a contextualização histórica que seria apresentada como um de seus capítulos dado o volume crescente de material consultado e por consultar, e sua importância marginal para a questão central trabalhada. Incorporamos a discussão sobre o posicionamento dos Free Traders de Manchester ao capítulo sobre Imperialismo do Livre Comércio, na medida em que o debate sobre seu

posicionamento e a importância deste na definição do conceito de imperialismo são um dos pontos centrais da discussão.

Desta forma, o presente trabalho encontra-se estruturado em dois capítulos, seguidos de uma sessão dedicada às conclusões que obtive da revisão dos autores mencionados. O primeiro capítulo, intitulado Revisitando a crítica de Smith ao Colonialismo, versa sobre as complexas posições adotadas por Adam Smith quanto às colônias mantidas pelas nações europeias, discutindo aspectos muitas vezes deixados de lado dado o peso histórico de algumas das passagens próximas a estas.

No segundo, O Imperialismo do Livre Comércio: Proposição Original e Críticas, elenquei os elementos constituintes da tese original conforme exposta por Gallagher e Robinson, e enumerei alguns dos artigos envolvidos na discussão sobre o tema. Procurei listar as principais críticas – de MacDonagh e Platt – assim como ao menos um dos defensores da teoria – R. J. Moore – não só no intuito de proporcionar ao leitor um panorama histórico do debate como na tentativa de, por meio da oposição entre o conceito e as objeções propostas, atingir uma maior compreensão deste (e das possíveis relações com a interpretação de Benians).

Capítulo I

Revisitando a crítica de Smith ao Colonialismo

O conjunto dos trabalhos teóricos de Adam Smith – principalmente suas obras magnas, *Teoria dos Sentimentos Morais* e *Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* – representam a sublimação de uma longa tradição de filosofia moral britânica, pautada pela constituição de um dado modelo de sujeito econômico. Herdeiro intelectual de pensadores como Mandeville e Francis Hutcheson, Smith conforma, com sua *Riqueza das Nações*, a pedra fundamental do edifício político e econômico erigido pelos teóricos liberais ao longo dos séculos seguintes, tanto por sua concepção de indivíduo quanto por seus prognósticos de limitação do poder estatal. Travando um embate clássico contra os ecos do mercantilismo, perfeitamente audíveis na Inglaterra do século XVIII, apresenta os argumentos econômicos definitivos para a inversão das políticas econômica e externa postas em curso pela coroa britânica.

No entanto, há entre a formulação original destes argumentos e sua exposição e veiculação política, em meados do XIX, uma série de discrepâncias. Nosso objetivo, com este capítulo, é lançar luz sobre alguns pontos muitas vezes negligenciados das críticas de Smith ao sistema colonial e às expensas envolvidas em sua manutenção. Em um segundo momento, pretendemos contrapor as passagens resgatadas – distantes do mito de “pensador liberal ideal” comumente sobreposto à sua imagem histórica – à análise empreendida por E. H Benians, titular da cadeira de Economia Política em Cambridge no início do século passado, em artigo intitulado “Adam Smith's Project of

an Empire”, em que versa sobre uma possível orientação de política externa subjacente às elucubrações de Smith sobre as colônias.

Nesse intuito, o presente capítulo é dividido em duas sessões. A primeira é dedicada à revisão das passagens d'*A Riqueza das Nações* em que se concentra a discussão sobre Estado e colonialismo. Somos auxiliados, nessa empreitada, pelas contribuições de analistas contemporâneos como Hugo Cerqueira da Gama e Salim Rashid, cuja principal preocupação é a progressiva perda de pluralidade nos debates sobre o legado teórico de Smith. Já na segunda parte discutimos interpretação promovida por Benians, que compreende não só a comumente mencionada alusão feita por Smith às perdas materiais advindas do sistema colonial, mas também seu ônus político, e seus possíveis desdobramentos teóricos.

I – Smith em perspectiva histórica

Lidar com as obras de Smith não é uma tarefa simples, tanto pela complexidade das asserções formuladas quanto pela quantidade de material impresso e pela discussão suscitadas pelos trabalhos do pensador. Tido como o fundador da economia enquanto ciência, exprimiu em seus textos dimensões várias da realidade material, abarcando desde considerações sobre a lógica subjacente ao comportamento individual dos agentes até um refinado sistema descritivo para a compreensão das relações econômicas internacionais. No entanto, muito do que hoje é creditado a Smith deve-se à sua defesa do liberalismo econômico, feita a partir dos argumentos desenvolvidos em *A Riqueza das Nações*. Partindo dos elementos presentes na motivação dos indivíduos à troca, desenvolveria um elaborado arcabouço teórico, lidando com as razões envolvidas na tomada de decisões econômicas, por simples que

sejam. Algumas das emblemáticas passagens iniciais de sua obra prima tornaram-se, ao longo dos séculos, palavras de ordem na defesa do liberalismo econômico ou “frases feitas” presentes em muitas das discussões contemporâneas sobre política e economia. Poucos os profissionais do ramo são incapazes de reconhecer o clássico exemplo da “fábrica de alfinetes”, onde são explicitadas as benesses advindas da divisão do trabalho, ou a notória constatação de que “não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm por seu próprio interesse”¹, de onde abstrai-se a força motriz por trás da ordenação econômica da sociedade moderna: o *self-love* dos indivíduos.

As raízes das proposições smithianas sobre comportamento individual são, no entanto, muito anteriores ao período em que escreve. Podem ser traçadas diretamente a Francis Hutcheson, eminente acadêmico britânico e professor da Universidade de Glasgow em meados do século XVIII. Titular da cadeira de Sentimentos Morais, as posições de Hutcheson deixaram profundas impressões em Smith, que acabou por sucedê-lo como responsável pela disciplina. Mas Hutcheson, por si, já era herdeiro de uma longa tradição de pensamento social, peculiar às ilhas britânicas e geralmente associada a Bernard de Mandeville, reconhecido como autor de um manifesto publicado anonimamente em 1714: *A Fábula das Abelhas*. Em linhas gerais, tal “escola” de pensamento concentrava seus esforços em torno da definição de um conjunto de valores positivos para o comportamento social, individual ou coletivo. Tomando por base a realidade social da florescente Inglaterra das últimas décadas do XVII e primeiras do XVIII, chegam à constatação de que os impulsos primordiais da interação econômica e política entre os indivíduos são sua propensão à troca e a busca

¹ SMITH, A. *A Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas*, vol 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 50

de satisfação pessoal. Desta forma, se cada um cuidasse de si e de seus interesses, a sociedade como um todo seria conduzida a novos patamares de bem estar, crescimento e integração econômica.²

Muito da argumentação liberal clássica em torno de flexibilização da política econômica, abertura das barreiras comerciais e redução das interferências do Estado na economia tem nessas considerações seu maior sustentáculo. Das posições de Smith sobre as liberdades políticas e econômicas individuais à defesa do liberalismo enquanto orientação de política econômica e política externa, no entanto, há mais do que uma mudança de escala. Ainda que convergentes e complementares, acreditamos que seja possível delinear uma clara diferença entre uma face subjetivista de Smith, apegada ainda à discussão acerca dos assim chamados sentimentos morais, e o aguerrido defensor do Livre Comércio enquanto elemento central na obtenção de *riqueza* no cenário internacional. Seu sistema de política econômica é fruto da fusão da tradição liberal moderna britânica com o cerne da tradição fisiocrática de pensamento econômico.

A trajetória pessoal de Smith justifica, em vários aspectos, a junção entre ingleses e pensadores continentais em seus escritos. Nascido em Kirkcaldy, um centro comercial e pesqueiro próximo a Edimburgo, provavelmente teve oportunidades suficientes de conhecer a realidade dos nexos comerciais presentes em uma economia que devia parte significativa de sua pujança ao comércio internacional. No entanto, a cidade de origem do autor em breve seria preterida em função de portos modernos, presentes na costa Oeste da ilha, como Glasgow; tal justificava-se, fundamentalmente, pelas mudanças na pauta de importação/exportação das Ilhas: pelo crescente comércio com as Américas, commodities como algodão e tabaco passaram a ser os pontos

2 Na filosofia moral de Mandeville, Hutcheson e Smith são encontradas também as bases para a construção do Utilitarismo difundido por Bentham e Stuart Mill, essencial ao desenvolvimento da teoria marginalista.

chave da empresa mercantil britânica, em oposição à produção pesqueiro-carvoeira de Kirkcaldy. A mudança para Glasgow significaria mais tempo de exposição às realidades do exclusivo comercial imposto pela Grã Bretanha às colônias americanas, e a oportunidade de estudar sob a tutela de Hutcheson – caracterizado, por um dos biógrafos do economista, como “libertarian, rationalist, utilitarian, plain speaker and thorn in the side of authority – who seems to have infected Smith with some of the same characteristics”³.

Após a conclusão de seus estudos em Glasgow, a obtenção de uma bolsa de estudos em Oxford abriu-lhe as portas da capital, no que seria uma malfadada empreitada acadêmica⁴. Os ares da metrópole e suas vastas bibliotecas, no entanto, abriram seus olhos para os clássicos em história, literatura e tantas outras disciplinas, que representariam, curiosamente, sua primeira oportunidade profissional. Contratado como “lecturer” por Lord Kames, influente advogado conhecido pela família, foi convidado a conferir uma série de apresentações públicas em Edimburgo sobre literatura e filosofia do direito, onde muitas de suas idéias centrais gradativamente tomariam forma. Com a experiência adquirida pela prática das *lectures*, inicia em 1751 sua carreira como professor em Glasgow, responsável pelas cadeiras de lógica, filosofia moral, literatura e retórica, cobrindo temas tão diversos quanto teologia, ética, jurisprudência e políticas públicas⁵. É ainda dessas aulas que surge a motivação de redação de sua primeira grande obra, a Teoria dos Sentimentos Morais – que,

3 BUTLER, E. Adam Smith – a Primer. London: Institute of Economic Affairs, 2007. pg. 32

4 A atitude dos professores de Oxford impressionou negativamente Smith em medida tal que algumas das passagens d'A Riqueza das Nações apresentavam ataques severos ao sistema educacional britânico. Alguns analistas creditam a esse conflito uma das raízes das críticas aos “incentivos perversos” oferecidos pelo Estado às companhias comerciais inglesas (dada a forma de remuneração dos docentes – fundos próprios à universidade, distantes dos pagamentos efetuados pelos estudantes).

5 De acordo com Eammon Butler, “The lectures on jurisprudence and policy (surviving only in students’ notes) contain many of the ideas (such as the workings of the price system, the shortcomings of protectionism and the development of governmental and economic institutions) that would appear almost verbatim in The Wealth of Nations years later” - Ibidem, pg. 33-34

graças ao empenho de David Hume, amigo de longa data e grande responsável pela difusão de seus primeiros trabalhos, lhe franquearia o reconhecimento da comunidade científica do período e de grupos eminentes de notáveis britânicos.

Graças ao impacto de seu tratado de Filosofia Moral, é contratado por Charles Townshend como tutor para seu enteado, o Duque de Buccleuch, o que lhe renderia (além das 300 libras de estipêndio mensal) uma prolongada estadia na França. A dificuldade de comunicação (não era particularmente proficiente em francês) e o tédio guiaram-no a escrever um livro, “para passar o tempo”⁶ - *A Riqueza das Nações*. Com o tempo, Smith e seu pupilo tiveram a oportunidade de conhecer o Sul da França, assim como Paris e Genebra. O contato com as políticas protecionistas postas em curso no continente (e os resultados para a França, em um momento pouco glorioso de sua trajetória política e econômica, sob o reinado dos ineptos sucessores de Luís XIV), alguns dos grandes luminares do pensamento econômico e político francês e as idéias então em voga representaram importante contribuição às críticas que começavam a tomar forma, naquela que seria sua obra magna.

Retornando às ilhas, Smith encontrava-se munido de conhecimento sobre o funcionamento das diversas faces do sistema mercantilista. Por um lado, foi criado em meio à realidade das cidades portuárias britânicas, familiarizado com o incessante murmúrio e agitação dos postos mercantis escoceses. Por outro, as desastrosas medidas de proteção levadas a cabo pela administração dos Bourbon proveram-lhe de munição para os ataques contra o sistema colonial. É importante frisar que muito deste ataque fundamenta-se não na perspectiva de libertação pessoal, atribuição de autonomia política e econômica aos indivíduos cujos interesses até então haviam sido preteridos em benefício das metas de acumulação e fortalecimento do Estado

6 Ibidem, p. 35

apregoadas pelo discurso mercantilista, mas em argumentos de política econômica e história comparativa. Se *A Riqueza das Nações* pode ser compreendida, em conjunto, como o veículo dos ideais políticos e econômicos liberais do período, a metodologia utilizada na proposição dos argumentos de seus dois eixos mestres – a defesa das liberdades econômicas individuais e o virulento ataque ao exclusivo colonial – apresenta severas diferenças. Em seus primeiros momentos, as conclusões de Smith brotam de constatações sobre o comportamento usual dos indivíduos, sua propensão à troca e a busca interminável de satisfação pessoal, em uma vertente de empiricismo tão peculiar aos pensadores britânicos. Já nas passagens dedicadas à análise dos “equivocos” de política econômica severamente criticados pelo autor, o discurso muda de forma – tomam-se por base duas camadas distintas de historicismo racionalista: uma, lidando com os casos recentes de intervenção econômica de diversas potências mercantis européias, como França, Grã-Bretanha, Espanha, Portugal ou Países Baixos; outra, em plano ideal, lidando com os grandes impérios da antiguidade: Roma, Grécia, Pérsia, exemplos notáveis da grandeza e magnanimidade a que aspirariam as nações da época moderna. As bases dessa curiosa concepção do labor histórico podem ser provavelmente ligadas ao círculo de intelectuais próximos a Smith nos estágios finais da redação de sua grande obra. Nos três anos anteriores à publicação (1773 a 1776), desfrutava, em Londres, da companhia de notáveis da ordem de Edmund Burke e Edward Gibbon, então ocupado da escrita de sua obra prima: “The History of the Decline and Fall of the Roman Empire”.⁷

II – A crítica ao colonialismo

7 Ibidem, p. 35. Que a colônia romana seja tomada, por Smith, como o tipo “negativo” de dominação colonial, responsável por uma série de malefícios não só ao território colonizado como à metrópole nos leva a questionar quanto a proximidade de Gibbon não teria influido na redação das passagens da Riqueza das Nações que fazem referência à antiguidade clássica – e ao ocaso do império romano.

A demonstração mais expressiva dos usos da peculiar visão de história adotada por Smith encontra-se, não por acaso, no sétimo capítulo do Livro Quarto, intitulados, respectivamente, “As Colônias” e “Sistemas de Economia Política”. Subdividido em três partes - “Os motivos da fundação de novas colônias”, “Causas da prosperidade das novas colônias” e “As vantagens que a Europa auferiu da descoberta da América e da descoberta de uma passagem para as Índias Orientais através do cabo da Boa Esperança” -, é iniciado justamente com uma digressão acerca da natureza das colônias gregas e romanas, na antiguidade clássica. Segundo o economista, as manifestações do colonialismo nestes dois impérios eram profundamente distintas. Quanto aos gregos, afirmaria que:

“A cidade-mãe, embora considerando a colônia como uma criança, sempre merecedora de grandes favores e ajuda e, em troca, devedora de muita gratidão e respeito, a tinha na conta de uma filha emancipada, sobre a qual não pretendia absolutamente exercer nenhuma autoridade ou jurisdição diretas. A colônia criava sua própria forma de governo, estabelecia suas próprias leis, elegia seus próprios magistrados, e mantinha paz ou fazia guerra com seus vizinhos, como um Estado independente, que não precisava esperar pela aprovação ou consentimento da cidade-mãe”⁸

Quanto aos romanos, via nas origens da República as razões para a constituição de um sistema colonial muito distinto do aplicado pelas cidades livres

8 SMITH, A. A Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas, vol II. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 49

gregas. Sendo que “como a maioria das demais repúblicas antigas, foi fundada sobre uma lei agrária, a qual dividia o território público, segundo certa proporção, entre os diversos cidadãos que compunham o Estado”, incorria na necessidade de aquisição constante de novos territórios para manter os estratos possuidores de terras da população em condições favoráveis, dada a gradual fragmentação das posses privadas por casamento, herança e sucessão. Dando continuidade a esta lógica de demanda por propriedade fundiária e conquistas militares, o Império Romano pautou-se por uma prática de colonialismo diretamente intervencionista, derivada de um modelo de centralização do poder político e econômico entre colônias submissas, subalternas, e a “grande loba”, núcleo da vida pública imperial. Quanto ao estabelecimento de populações romanas em novos territórios seguindo este modelo, Smith alegaria que

“[Roma] destinava-lhes⁹ terras geralmente nas províncias conquistadas da Itália, onde estando dentro dos domínios da República, jamais tinham condições de formar um Estado independente; constituíam, na melhor das hipóteses, uma espécie de corporação, a qual, embora tendo o poder de estabelecer leis privadas para seu próprio governo, sempre estava sujeita à correção, jurisdição e autoridade legislativa da cidade-mãe.¹⁰ O envio¹⁰ de uma colônia desse gênero não somente dava alguma satisfação ao povo, como ainda muitas vezes também estabelecia uma espécie de guarnição em uma província recentemente conquistada, cuja obediência, de outra forma, poderia ser duvidosa. Eis por que uma colônia romana, quer consideremos a natureza da própria instituição, quer consideremos

9 Aos colonos, obviamente.

10 Smith sempre trabalha com a constituição de uma colônia como envio de parcela da população metropolitana aos novos territórios – seja em caráter de autonomia e liberdade política, ou como “satélite” do povoamento original.

os motivos que a levaram a estabelecê-la, era totalmente diferente de uma colônia grega."¹¹

Tamanho é, para o autor, a diferença entre os dois “tipos ideais” de colonialismo antigo que menciona a distinção entre a etimologia dos termos utilizados em sua denominação, no passado em que ainda vigoravam: *apoikía*, do grego, significa uma “separação de moradia, uma partida de casa, uma saída de casa”; enquanto a *Colonia* romana “representa simplesmente uma colonização”¹². A distinção, por elementar e distante que possa parecer, é evocada (ainda que sutilmente) nas várias páginas dedicadas ao trato com os malefícios da exclusividade comercial e a constituição de Colônias pelas nações modernas, provendo o plano *ideal* para a análise da *realidade* política e econômica da Europa mercantilista – ainda que admita que a utilidade das colônias americanas não é tão clara e evidente.

Caracterizando brevemente os alicerces da empresa colonial espanhola, determina o atrativo exposto por Colombo ao Conselho de Castela como justificativa para suas atividades no Novo Mundo: o *bullion*, a riqueza mineral manifesta em ouro e prata. No entanto, tal meta concentrava todos os esforços da empreitada em apenas um de seus aspectos, e transformava a colônia em algo muito próximo da visão de *colonia* latina proposta por Smith – um “território ocupado” cujos proveitos deveriam ser remetidos diretamente à pátria-mãe, sem vantagens às populações ocupantes ou lá presentes antes de sua descoberta. Nas palavras do autor, um projeto de conquista deu origem a todas as fundações dos espanhóis naqueles países recém-descobertos. O motivo que os incitou a essa conquista foi um projeto de exploração de minas de ouro e prata; e uma série de eventos, que nenhuma sabedoria humana poderia prever, fez

11 *Ibidem*, p. 50

12 *Ibidem* p. 50

com que esse projeto tivesse muito mais sucesso do que aquele que os empreendedores tinham qualquer motivo razoável para esperar.” Estabelecia-se assim um eixo criador de desigualdades, dependência e submissão política e econômica responsável por vários danos a seus extremos opostos.

Partindo dos problemas envolvidos na constituição das primeiras colônias em solo americano, Smith analisa os caminhos que conduziram a situação diversa dos povoamentos empreendidos pelas levas colonizatórias seguintes. Mais uma vez, retoma a antilogia entre o tipo colonial tradicional romano, manifesto nas possessões ibéricas, e a *apoikía* liberal, vista como uma forma de ocupação positiva, fonte de estímulo ao progresso e desenvolvimento das novas fronteiras. As terras abundantes das colônias assim como a pouca interferência do Estado em seus regimentos internos são vistos como elementos responsáveis pela sua ventura, de modo que não se encontra mais óbvia explicitação da transposição destes dois planos de análise :

“No tocante à abundância de terra de boa qualidade, as colônias européias implantadas na América e nas Índias Ocidentais se assemelham às colônias da Grécia Antiga, e até as superam de muito. Na dependência em relação ao Estado de origem, porém, essas colônias se assemelham às da Roma Antiga, embora a grande distância delas, em relação à Europa, tenha aliviado em grau maior ou menor os efeitos dessa dependência. Devido à sua localização, estavam menos sob as vistas e o controle do poder da mãe-pátria. Ao perseguirem seus interesses a seu próprio modo, em muitas ocasiões sua conduta foi perdida de vista por não ser conhecida ou por não ser compreendida na Europa, sendo que em outras ela foi gentilmente tolerada e aceita forçadamente, uma vez que a

distância das colônias tornava difícil controlar tal conduta. [...] Consequentemente, muito grande tem sido o progresso de todas as colônias européias em riqueza, população e desenvolvimento.”¹³

Por mais criticável que seja a crença exposta por Smith no “progresso e desenvolvimento” das colônias americanas, este não é ponto central da menção feita acima à posição do autor sobre o sistema colonial. Com a passagem supracitada, evidencia-se a continuidade dada à *proposta* de intervenção das potências mercantis européias nos territórios coloniais, e como a *inviabilidade* de manutenção desta permitia aos colonos perseguir seus próprios interesses. E é sobre os ônus advindos das sucessivas tentativas de interferência das potências continentais que situam-se as críticas mais severas de Smith aos monopólios comerciais das quais os territórios americanos eram vítimas. Discutindo as possibilidades de tributação dos territórios ocupados, demonstraria, a partir das despesas envolvidas no negócio colonial, que parcela significativa destas era destinada essencialmente à defesa e preservação do status da colônia – enquanto um montante relativamente reduzido era destinado à constituição de uma estrutura voltada à administração dos negócios locais. Segundo Smith, “os colonizadores ingleses até agora em nada contribuíram para a defesa de sua mãe pátria ou para sustentar o governo civil. Eles mesmos, pelo contrário, têm sido até agora quase exclusivamente defendidos às expensas da mãe-pátria. Ora, a despesa de esquadras e exércitos é em qualquer proporção maior do que a despesa necessária do governo civil. A despesa com seu próprio governo civil tem sido muito moderada. [...] A parcela mais relevante das despesas do governo, a destinada à defesa e à proteção do país, constantemente tem estado a cargo da mãe-pátria”¹⁴.

13 Ibidem, p. 57

14 Ibidem, p. 62

Com os dispêndios envolvidos na manutenção de ostensiva Marinha de Guerra, as colônias apresentam-se, para Smith, num sistema não só ineficiente como oposto à lógica econômica. Prova-se, sem que abandonemos a meta mercantilista de acumulação de riqueza metálica, que o sistema colonial em si já representa um sifão das riquezas acumuladas pelo soberano, mais do que fonte de recursos. Até o presente momento, o único efeito do resgate às proposições smithianas em nosso trabalho tem sido a reafirmação das proposições liberais comumente imputadas ao autor. Em que medida, então, podemos observar n'*A Riqueza das Nações* argumentos que nos dêem indicações de uma posição diversa quanto ao trato colonial? Haveria algum benefício na manutenção das ocupações?

Ainda em seu Livro IV, Smith trabalha algumas das peculiaridades das colônias do norte que confeririam a estas o status de colônia “positiva”, próxima do ideal abstraído do colonialismo grego. Entre estas, digna de destaque é a “ausência” de uma relação de exclusividade comercial entre os territórios dominados e uma companhia mercantil específica, tida como profundamente danosa às possessões de outros impérios. “Sob política tão liberal, as colônias têm a possibilidade de vender seus próprios produtos e de comprar os da Europa a um preço razoável”¹⁵, afirma Smith, complementando que “essa tem sempre sido a política da Inglaterra”. A diferenciação nos argumentos (que nos é especialmente cara) vem em uma das passagens seguintes, lidando com os gêneros e capacidades advindos do comércio americano, uma vez que as principais mercadorias comercializadas por esses territórios seriam “cereais de todos os tipos, *madeiras de construção*, mantimentos salgados, peixe, açúcar e rum”, todos eles (com a óbvia exceção dos cereais) de alta necessidade para o fomento e manutenção das atividades navais britânicas. As

15 Ibidem, p. 64

atividades pesqueiras empreendidas pelos colonos, por exemplo, são extremamente bem vistas pelo autor:

“Aumentar a navegação e o poderio naval da Grã-Bretanha, ampliando a pesca por parte das nossas colônias, é um objetivo que os legisladores parecem ter tido quase sempre em vista. Por esse motivo, a pesca tem tido todos os estímulos que a liberdade lhe pode dar e, conseqüentemente, tem florescido. De modo especial, a pesca na Nova Inglaterra constitui, talvez, antes dos recentes distúrbios, uma das mais importantes do mundo. A pesca da baleia, que, não obstante um subsídio descomunal, na Grã-Bretanha é feita com tão pouco lucro que, na opinião de muitos (opinião que, porém, não pretendo garantir), a produção total não supera de muito o valor dos subsídios anualmente pagos, é na Nova Inglaterra efetuada em proporções muito elevadas, sem qualquer subsídio. O peixe é um dos artigos principais com os quais os norte-americanos fazem comércio com a Espanha, Portugal e o Mediterrâneo.”¹⁶

A passagem acima nos confere um exemplo claro daquilo que buscamos com uma revisão da posição adotada por Smith sobre o sistema colonial. Ao se referir ao desenvolvimento da pesca nas colônias americanas, enuncia um importante princípio de seu sistema de livre comércio, muitas vezes ignorado pelos intérpretes centrados na atuação (e constituição) de agentes racionais, econômicos, ou no debate sobre abertura comercial: o papel *estratégico* da adoção de políticas liberais n'A Riqueza das Nações. A liberdade dada aos colonos para que emprendessem a atividade para a

16 Ibidem, p. 65

qual seu território apresentava capacidades naturais não é meritória somente pela defesa da liberdade individual enquanto ideal, mas também pelo desenvolvimento profissional de mão de obra versada na condução, manejo e manutenção dos pesqueiros, uma camada de cidadãos que poderia ser prontamente incluída às forças navais britânicas, em momento de necessidade. Situação semelhante é observada no tocante ao comércio de madeira entre o novo mundo e as ilhas britânicas, ainda que nesse caso o interesse em comercializar tal gênero se deva principalmente a um subsídio mantido pela coroa. A dependência britânica de matérias primas para indústria naval é notória, e sempre representou uma das razões estratégicas presentes na manutenção dos territórios americanos. Curiosamente, Smith vê nesse caso de intervenção resultados muito positivos para o desenvolvimento das colônias enquanto economias autônomas: “a tendência de algumas dessas medidas no sentido de aumentar o valor da madeira na América e, com isso, facilitar o desbravamento da terra, talvez não tenha sido tencionada nem entendida pelos legisladores. Embora, portanto, os efeitos benéficos dessas medidas tenham sido, sob esse aspecto, casuais, nem por isso foram menos reais”.¹⁷ A posição é criticável: muito provavelmente os legisladores britânicos imaginavam que a promoção da exportação de lenho promoveria a expansão das terras aráveis em solo americano, o que representa importante fator de ocupação e, principalmente, conquista militar. Vale lembrar que, ao tratarmos de guerra colonial, as guerrilhas empreendidas em mata fechada, com apoio das populações locais, constituíam importante elemento do leque de opções táticas disponíveis aos comandantes militares nos embates coloniais – artimanha fartamente usada pelos franceses, principais adversários da empreitada colonial britânica na América do Norte, em suas tentativas de estabelecer povoados

17 Ibidem, p. 67

duradouros no novo mundo. Revela-se, lentamente, uma outra dimensão à defesa smithiana do *laissez faire*: uma dimensão estratégica, pautada pela aquisição de poder pelo trono britânico por meio das liberdades econômicas.

Nesse sentido, a *apoikía* grega é mais uma vez superior à *colonia* romana, se nos valemos da oposição proposta por Smith no início do capítulo. Por promover a autonomia das populações locais, garantiria o envolvimento destas em atividades que terminariam por conferir à metrópole os recursos necessários à manutenção do poderio britânico no cenário internacional – i.e., tripulação e matérias primas para a construção naval – por meio da flexibilização dos monopólios e regulações adotados pela pátria-mãe. A *colonia* latina, por outro lado, representaria uma estrutura aviltante de gastos exorbitantes sem retorno que os compensasse, uma vez que as vantagens estratégicas da posse colonial seriam gastas na manutenção da mesma, sem benefícios para os territórios recentemente ocupados ou Grã-Bretanha, agindo em proveito somente de camadas internas aos dois extremos do eixo colonial (as elites das duas localidades, beneficiadas pelos privilégios governamentais). Nesse sentido, mais do que um líbelo contra o colonialismo, o ataque promovido por Smith ao sistema de monopólios apresenta-se como a crítica de *um* colonialismo específico, havendo alternativas dentro ao sistema mercantil para sua redenção, por meio da liberação (não desinteressada) dos territórios conquistados. A razão maior do atraso dos territórios coloniais, nesse contexto, seria não a sujeição a um governo externo aos seus limites, mas a série de ordenações econômicas postas em curso para favorecer setores específicos do comércio intercontinental, visando à ampliação do mercado para a produção empreendida por estes. Retornando ao texto de Smith, “uma vez fundadas essas colônias, e depois de se terem tornado tão consideráveis a ponto de atrair a atenção da mãe-pátria, as primeiras medidas legais que esta adotou em

relação a elas tinham sempre em vista assegurar para ela própria o monopólio do comércio colonial; seu objetivo consistia em *limitar o mercado das colônias e ampliar o dela*, às expensas das colônias e, portanto, mais em refrear e desestimular a prosperidade delas, do que em apressá-la e promovê-la. Nas diferentes maneiras de exercer esse monopólio é que reside uma das diferenças mais essenciais da política de diversas nações européias em relação a suas colônias. A melhor de todas elas, a da Inglaterra, é apenas um pouco mais liberal e menos opressiva que a de qualquer uma das demais nações.”¹⁸

A parte do capítulo em questão dedicada às vantagens auferidas pela Europa no comércio colonial é emblemática, nesse sentido. Smith considera, inicialmente, que a colonização empreendida pelas potências européias teria proporcionado um aumento das satisfações gerais dos seus habitantes, dada a enorme variedade de mercadorias inseridas em suas pautas de consumo, acrescentando a esse fator um incremento significativo da atividade econômica, dada a intensidade do tráfico comercial entre os territórios recém-ocupados e os centros produtivos-comerciais do velho continente. Contudo, consideraria que a exclusividade de comércio mantida pelos colonizadores acabaria por diminuir – ou “manter abaixo do que de uma outra forma atingiriam” - a satisfação e a atividade do conjunto, mas especialmente das colônias – não sem ganhos específicos para os grandes colonialistas. Curiosamente, a primeira destas (na listagem de Smith) é o reforço militar e financeiro proporcionado pelas colônias – francamente questionável, segundo o autor. Retomando a oposição entre os modelos de colônia adotados por gregos e romanos, afirma que “as colônias romanas ocasionalmente proporcionavam as duas vantagens”, enquanto “as colônias gregas, por vezes, contribuíam com uma força militar, mas raramente com alguma

18 Ibidem, p.74

renda”, para em seguida reforçar os paralelos estabelecidos entre o ideal de colônia romana e as colônias européias modernas, que “até agora nunca forneceram nenhuma força militar para a defesa da mãe pátria”, uma vez que “sua força militar até hoje nunca foi suficiente sequer para sua própria defesa”. Ademais, a defesa destes mesmos territórios representaria ocupação permanente das forças militares de cada nação envolvida, razão pela qual constituiriam mais um ônus do que benefício à pátria-mãe.¹⁹

Já a questão da exclusividade de comércio enquanto vantagem específica representa um dos cerne do argumento smithiano sobre abolição dos monopólios comerciais. Por representarem uma desvantagem para os demais países, seriam por analogia um peso para a nação por ela responsável – dado o impacto das perdas dos outros Estados no sistema europeu sobre a economia britânica e o massivo desvio de capital para a empreitada colonial, que terminaria por colocar o país em sérias desvantagens em negócios dos quais não detém o monopólio. A concentração de parcela significativa do comércio empreendido pelos homens de negócios ingleses em um único canal, os custos da garantia das rotas de navegação da marinha mercante, a distância e inconstância dos fluxos entre os continentes representariam os principais elementos na consolidação da crítica smithiana ao monopólio colonial, resumizada na seguinte passagem:

“Por isso, o monopólio do comércio colonial na medida em que canalizou para ele uma porcentagem de capital britânico superior àquela que, de outra forma, teria sido nele aplicada, em todo o caso desviou esse capital de um comércio externo de consumo com um país vizinho para um país

19 Ibidem, p. 77

distante; em muitos casos, desviou-o de um comércio exterior de consumo de tipo direto para um comércio exterior de tipo indireto; e em alguns casos, desviou-o de todo o comércio externo de consumo para um comércio de transporte internacional de mercadorias. Por isso, em todos os casos, desviou o capital de uma direção na qual ele teria mantido um contingente maior de mão-de-obra produtiva para uma na qual ele só pode manter um contingente muito menor. Além disso, adaptando apenas a um determinado mercado parte tão grande da atividade e do comércio da Grã-Bretanha, o monopólio tornou o estado global dessa atividade e desse comércio mais precário e menos seguro do que se a produção tivesse sido adaptada a uma variedade maior de mercados.”²⁰

Se tomado isoladamente, esse parágrafo por si só já nos confere argumentos suficientes para abandonar a tese de um projeto de imperialismo de caráter liberal pelos britânicos, ao longo do XIX. Contudo, a proximidade das elucubrações sobre os dois “tipos ideais” de colonialismo clássico mantidos por Smith nos leva a considerar a sustentação de que os malefícios desse sistema poderiam, sim, ser remediados não pela abolição total do comércio com as colônias – sua ocupação, descoberta e povoamento são tidas como muito positivas, pela expansão das possibilidades de comércio com outras nações – mas pela mudança em seu teor. “É preciso fazer estrita distinção entre os efeitos do comércio colonial e os do monopólio desse comércio. Os primeiros são sempre e necessariamente benéficos, os segundos, sempre e necessariamente danosos. Os primeiros são tão benéficos que o comércio colonial, apesar de sujeito a monopólio, e não obstante os efeitos prejudiciais desse monopólio,

20 Ibidem, p. 87

continua em seu conjunto benéfico, e até muito benéfico, embora bastante menos do que o seria se não houvesse monopólio.”²¹ Se as colônias americanas fossem regidas não pelo modelo “romano”, mas pelo “grego”, parte significativa dessas desvantagens seriam eliminadas, com a manutenção dos aspectos positivos do comércio colonial e de alguns outros resultantes da “amizade” de uma nova nação. Acreditamos que muito da argumentação desenvolvida por Smith ao longo não só desse capítulo mas como do Livro IV como um todo se encaminha nesse sentido. As menções constantes ao trato com as colônias conforme empreendido pelos impérios da antiguidade não é lançada, aparentemente, para conferir um tom clássico ao texto, nem por requintes de estilística, servindo a um propósito maior dentro do conjunto da obra: localizar as falhas do sistema colonial em uma dada postura por parte da metrópole. As páginas seguintes, carregadas com uma profusa listagem dos malefícios advindos do sistema colonial, reforçam nossos argumentos. No entanto, insistir na menção enciclopédica dos prejuízos resultantes da insistência nesse curso de ação pouco acrescentaria à nossa argumentação. Optamos, desta forma, por remeter à passagem em que o ataque a estes é mais virulento, agressivo, intenso – e centrado:

"A manutenção desse monopólio tem sido até agora o principal, ou, falando com mais propriedade, talvez o único objetivo e propósito do domínio que a Grã-Bretanha assume sobre suas colônias. Supõe-se que na exclusividade de comércio consiste a grande vantagem das províncias que, até agora, nunca proporcionaram renda ou força militar para sustentar o governo civil ou a defesa da mãe-pátria. O monopólio constitui o sinal principal da dependência delas e é o único fruto colhido

21 Ibidem, p. 88

ate agora dessa dependência. Toda e qualquer despesa ate agora investida pela Grã-Bretanha na manutenção da dependência dessas províncias foi realmente investida para sustentar esse monopólio. [...] A despesa global dessa administração, em tempo de paz, constitui um ônus sobre a renda da Grã-Bretanha representando, ao mesmo tempo, parte mínima daquilo que à mãe-pátria custou o domínio das colônias. [...] Eis por que, no atual sistema de administração, a Grã-Bretanha só tem a perder com o domínio que exerce sobre suas colônias.”²²

A resposta derradeira de Smith às ineficiências inerentes ao sistema colonial viria logo na página seguinte, com a proposição de formas alternativas de manutenção dos laços econômicos com as colônias por meio de outras vias de subordinação política/econômica. “Propor que a Grã-Bretanha voluntariamente abandone toda a sua autoridade sobre as colônias e deixe que elas elejam seus próprios magistrados, decretem suas próprias leis e mantenham paz ou façam guerra conforme lhes pareça mais apropriado, significaria propor uma medida que nunca foi nem nunca será adotada por qualquer nação do mundo”²³, afirma Smith. De fato, os interesses em jogo tornariam a formulação aberta de uma proposta como essa, no período em que *A Riqueza das Nações* é publicada, completamente inviável. As razões para a defesa da empreitada colonial seriam muitas, nesse caso: prestígio, riquezas e, principalmente, o “orgulho” da nação – nada disposta a ceder os frutos de suas conquistas militares. No entanto, ainda segundo o autor

“Se, no entanto, isso acontecesse, a Grã-Bretanha não somente estaria

22 Ibidem, p. 93-94

23 Ibidem, p. 94

imediatamente livre de toda a despesa anual necessária para manter a administração das colônias em tempo de paz, como ainda poderia celebrar com elas um tratado comercial suscetível de lhe garantir eficazmente um comércio livre, mais vantajoso para o grande conjunto da população – embora menos vantajoso para os comerciantes – do que o monopólio de que desfruta atualmente. Separando-se, assim, como bons amigos, reavivar-se-ia rapidamente o afeto natural das colônias para com a mãe-pátria que, talvez, nossas recentes dissensões quase chegaram a extinguir. Esse gesto poderia não somente dispô-las a respeitar durante séculos o tratado de comércio que tivessem concluído conosco no ato de separação, mas também a favorecer-nos, tanto na guerra como no comércio e, ao invés de se tornarem súditos turbulentos e facciosos, se transformassem em nossos aliados mais fiéis, afeiçoados e generosos; e entre a Grã-Bretanha e suas colônias poderia reviver o mesmo tipo de afeição paternal de um lado, e o mesmo respeito filial de outro, os quais costumavam subsistir entre as colônias da Grécia Antiga e a cidade-mãe da qual descendiam.”²⁴

Explicita-se assim a relação entre autonomia colonial e o apoio político das colônias-libertas. Podemos perceber claramente a constituição de certo grau influência informal por parte da mãe-pátria sobre sua colônia recém-liberta, graças aos laços de fraternidade entre os dois territórios – ponto que pretendemos retomar mais tarde, à luz das discussões sobre Imperialismo do Livre Comércio.

24 Ibidem, p. 94

III - Benians e o Projeto Smithiano de Império

Outra questão levantada por Smith em seu capítulo sobre as colônias é a possibilidade de inclusão dos representantes políticos coloniais no Parlamento, como forma de garantir aos territórios dominados alguma medida de representação política. No entanto, preterimos a discussão sobre este último aspecto justamente por termos em “Adam Smith's Project of an Empire”, da autoria de E. H. Benians, uma revisão crítica do tema. Professor titular da cadeira de Economia Política em Cambridge na década de 20, Benians qualifica a defesa da representação colonial n'*A Riqueza das Nações* como um dos elementos chave naquilo que veio a denominar de “projeto de império” smithiano, ainda que com alguns exageros. No dizer do autor, “A state, a great state, might have been made of its many prospering provinces, had the well-founded laws of political unity been observed, and their corollaries, however disquieting to narrow minds, courageously accepted”²⁵ - soma-se à problemática clássica dos custos de manutenção do império a questão da representação, e como maior atenção dada a esta poderia ter prevenido o seu colapso na primeira metade do século passado.

Benians, ao definir o que considera o projeto smithiano de império, delimita algo muito próximo daquilo que buscamos delinear ao ressaltar a presença constante dos conceitos de *apoikia* e *colonia* na argumentação de Smith sobre as colônias. Em passagem singularmente objetiva de seu artigo, afirma que

“In place of this fictitious empire, with its lack of cohesion, its 'impertinent badges of slavery' on the colonies and its burdensome futility for the

25 BENIANS, E. A. “Adam Smith's Project of an Empire” in *Cambridge Historical Journal*, Vol 1, No. 3, (1925), pp. 249-283. p. 251

mother country, he proposed a close and equal union of Great Britain and her colonies - a united Parliament, a common system of taxation and complete freedom of trade within the empire - equality, in fact, of status, burden and opportunity between mother country and colony. The proposal entailed a complete departure from the old colonial system in certain fundamental matters to which either British or colonial opinion was firmly wedded - the abolition of the monopoly of colonial trade, a proportionate distribution of the burden of imperial defense and a proper representation of the colonies in the Parliament"²⁶

Ou seja: a proposta de império formulada por Smith, de acordo com a interpretação de Benians, envolveria a transformação do caráter do empreendimento colonial – os colonialistas deveriam abrir mão do ideal de dominação territorial, expropriação comercial por meio de acordos de exclusividade e da subordinação das populações residentes na colônia aos desígnios metropolitanos, abraçando um sistema de participação, liberdades políticas e comerciais que remonta diretamente à antinomia entre colônias gregas e romanas estabelecida pelo autor ao longo do Livro Quarto. As menções à ausência de representação das regiões dominadas são fartas nas passagens do livro dedicadas à discussão sobre taxaço das colônias:

“Quando começou a declinar a República dos romanos, os aliados de Roma, que haviam arcado com o ônus principal de defender o Estado e ampliar o Império, exigiram o direito de participar de todos os privilégios dos cidadãos romanos. A recusa dessa exigência fez irromper a guerra

26 Ibidem, p. 251

*social. [...] O Parlamento da Grã-Bretanha insiste em taxar as colônias; elas, por sua vez, recusam-se a ser taxadas por um Parlamento no qual não estão representadas. Se a cada colônia que se desligasse da Confederação Geral, a Grã-Bretanha permitisse um número de representantes proporcional à contribuição dela à renda pública do Império, por estar sujeita aos mesmos impostos, e se lhes permitisse, em compensação, a mesma liberdade de comércio que se reconhece a todos os súditos residentes na Grã-Bretanha; [...] A menos quer se adote esse método, ou algum outro [...] não é muito provável que eles jamais se sujeitem voluntariamente a nós.*²⁷

Benians desenvolve os argumentos sobre representação em Smith até suas últimas consequências, abstraindo do capítulo sobre as colônias toda uma concepção de Império e de seu funcionamento. Afirma que “a concepção de império tomada por Adam Smith parece baseada naquela de Roma, na qual a colônia constituía uma parte integral do Estado”²⁸, sendo sua dominação geográfica, territorial, um dos critérios de classificação enquanto colônia – nada além da *colonia* romana conforme trabalhada ao longo dos trechos analisados. As razões para a existência dessa estrutura seriam, em essência, a segurança do Estado, o aumento das receitas públicas, a prosperidade geral, tranquilidade social e política e a criação de um sistema integrado de trocas, um grande mercado interno à estrutura imperial. No entanto, se tomamos os argumentos de Smith, percebemos que muitos dos primeiros elementos são inviabilizados justamente pelo caráter da colonização posta em curso. Desenvolvendo esse

27 SMITH, A. *A Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas*, vol II. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 98-99

28 BENIANS, E. A. “Adam Smith’s Project of an Empire” in *Cambridge Historical Journal*, Vol 1, No. 3, (1925), pp. 249-283. p. 256

argumento, Benians também conclui que “se a Grã Bretanha é incapaz de manter um império de acordo com esta concepção, ela deveria, de acordo com Smith, adotar o “plano grego” e libertar suas colônias de toda conexão salvo laços filiais e de amizade”²⁹

Em suma, temos não só a presença de uma concepção de império em Smith, mas de uma concepção *liberal* de império, em que a influência deste sobre os territórios dominados se daria não pelo exercício da violência, do uso da força física e do recurso à diplomacia de canhoneira, mas pela constituição de uma ordem hegemônica internacional pautada pela cooperação entre nações livres, atuantes sob a tutela de sua sábia e liberal mãe-pátria. No dizer de Benians,

“What he predicted was an equalization of courage and force between nations, which would, in time, prevent and redress the injustice and oppression that had attended Europe's expansion. This would come through the mutual communication of knowledge and improvements which an extensive commerce carries with it. [...] Amongst the ideas of Adam Smith the abolition of the monopoly of colonial trade and the incorporation of the colony with the mother country stand out conspicuous. Of these the former became a part of our colonial policy, and the later did not.”³⁰

No longo prazo, o Império Britânico constituir-se-ia em uma comunidade de nações livres cooperando econômica e politicamente, na concepção dos autores. A presença de um “império liberal” nos escritos de Smith chama a atenção não só pela

29 Ibidem, p. 256

30 Ibidem, p. 270

originalidade da proposta encampada por Benians, mas pela sua proximidade à tese divulgada por John Gallagher e Ronald Robinson no início da década de 1950, lidando com a possibilidade de caracterização do modus operandi do Império Britânico como o que os autores definiram como imperialismo do livre comércio. O próximo capítulo é dedicado à discussão sobre essa concepção, e sobre os elementos do debate que podemos aproveitar na discussão sobre colonialismo em Smith.

Capítulo II

Imperialismo do Livre Comércio

Em 1953, John Gallagher e Ronald Robinson publicam na *Economic Review* um artigo lançando as bases de uma nova concepção de imperialismo, adotando uma proposta inovadora de revisão das estruturas de dominação estabelecidas pela Grã-Bretanha no cenário internacional ao longo do séc. XIX. Intitulado “The Imperialism of Free Trade”, representaria não só um marco da historiografia econômica contemporânea como o ponto zero de um acalorado debate entre o formalismo da tradicional história política britânica e interpretações alternativas.

Partindo dos pontos de inflexão na política externa britânica ao longo dos últimos séculos, a historiografia conservadora britânica caracteriza sua trajetória como alternante entre períodos “imperialistas” e “anti-imperialistas” - os primeiros seriam marcados pela expansão das possessões coloniais formais, contrapostos à cessão ou liberação destas em momentos distintos. Nessa lógica, a inversão entre contração/anexação seria fundamentalmente resultado de dinâmicas políticas internas à metrópole – mudanças de gabinete, debates em curso no parlamento e, principalmente, a articulação de grupos de pressão como a notória “Escola de Manchester” de Bright e Cobden, defensores ardorosos das liberdades econômicas e promulgadores do discurso político liberal clássico.

Gallagher e Robinson opõem-se à concepção tradicional justamente por perceberem as transformações do imperialismo britânico ao longo do século XIX não como um serpentear hesitante entre colonialismo ou anti-colonialismo, intervenção ou

não-intervenção, imperialismo ou liberalismo, mas como uma linha contínua, pautada pela articulação e concomitância de duas concepções tidas como opostas em essência: liberalismo e imperialismo. Nosso objetivo, com este capítulo, é delinear alguns de seus argumentos conforme expostos na formulação original e proporcionar um panorama do debate travado entre os proponentes do conceito de liberalismo do livre comércio e seus principais opositores.

I - “The Imperialism of Free Trade” de Gallagher e Robinson

Em “The Imperialism of Free Trade”, os autores definiriam imperialismo como “a sufficient political function of this process of integrating new regions into the expanding economy”, sendo seu caráter fruto das variadas e mutáveis relações estabelecidas entre os elementos políticos e econômicos desta mesma expansão em regiões e períodos específicos³¹. Tal concepção já nos garante alguma dimensão das distinções entre a interpretação proposta por Gallagher e Robinson e as análises de outras correntes clássicas de compreensão do império e de seu funcionamento. De um lado, temos o formalismo tradicional de historiadores como Seeler e Egerton, para os quais a discussão se concentra nas transformações da estrutura formal do império – se tal ou qual território fosse anexado, sua incorporação representaria nova investida imperialista; se cedido, liberado, ou desvinculado das possessões formais do império britânico, teríamos o que esses autores caracterizariam como a adoção de políticas anti-imperialistas. Desta forma, o grande avanço do imperialismo britânico só se daria nas duas últimas décadas do séc. XIX, época de recrudescimento dos laços coloniais e tentativa de reafirmação da primazia naval britânica sobre o globo. Por outro lado, os

31 GALLAGHER, J. e ROBINSON, R. “The Imperialism of Free Trade” in *The Economic History Review*, New Series, Vol. 6, No. 1, (1953), pp. 1-15. p. 5

marxistas da segunda internacional contribuiriam para reforçar essa tese pela via oposta: negando as determinações políticas do fenômeno, qualificaram o choque de imperialismos como um “estágio superior do capitalismo”, consequência natural da movimentação dos grandes capitais em vias de reprodução – que se dá, para Lenin, de acordo com a periodização tradicional: no limiar do século XX, período muito distinto do “liberalismo inocente e estático” da metade da era vitoriana.

A controvérsia é iniciada justamente com a questão da delimitação dos períodos de imperialismo e anti-imperialismo – não uniformes e profundamente inconsistentes, se tomamos o conjunto do império. Analisando as iniciativas tomadas pelos homens de Estado britânicos caso a caso, ano a ano, torna-se virtualmente impossível qualificar este ou aquele gabinete como imperialista, anti-imperialista, liberal ou o que quer que seja – da mesma forma que a “taxonomia” das políticas postas em curso perde o sentido, se despontam nas fases de “anti imperialismo” casos de intervenção militar e conquista territorial. Por englobar esferas distintas da realidade material, dinâmicas políticas e econômicas integradas em um todo extenso, plural, conflitante, o trato imperial permitia-se escapar às convenções do formalismo histórico inglês – e tal “concessão” só era possível por sua natureza dual, pela concomitância de fenômenos de natureza diversa, pela sobreposição de poder político e econômico. Se na concepção tradicional a expansão que caracteriza o imperialismo tem seu eixo motor no formalismo político e para os marxistas tal influência se estende necessariamente pelas vias econômicas, Gallagher e Robinson vêem na antinomia entre anexação e contração não oposição, mas concomitância: à expansão econômica poderia se sobrepor a contração política, por meio da anexação (ou retenção) de territórios chave. Para justificar tal concepção, é cunhada a idéia de que coexistiriam, sob um denominador comum, um império formal e um informal – o que

eleva a discussão sobre imperialismo a um novo patamar de complexidade.

Pela lógica do “império informal”, a questão torna-se ainda mais complicada do que na concepção das outras correntes: a cessão de alguns territórios e aquisição de outros pode ser compreendida como um dos passos na estratégia de expansão comercial, mantida ao longo da era vitoriana. O caráter de continuidade da empreitada colonial é ressaltado em vários momentos pelos autores, fruto da alternância não entre “imperialismo” e “anti-imperialismo” como na historiografia tradicional, mas pela dicotomia (nem sempre marcada pela oposição) entre formal e informal, dominação territorial e econômica – mudanças no teor da política, mas não em sua orientação. Em passagem esclarecedora, afirmam que

“In fact, throughout the Victorian period responsible government was withheld from colonies if it involved sacrificing or endangering British paramountcy or interests. Wherever there was fear of a foreign challenge to British supremacy in the continent or subcontinent concerned, wherever the colony could not provide financially for its own internal security, the imperial authorities retained full responsibility, or, if they had already devolved it, intervened directly to secure their interests once more. In other words, responsible government, far from being a separatist device, was simply a change from direct to indirect methods of maintaining British interests. By slackening the formal political bond at the appropriate time, it was possible to rely on economic dependence and mutual good-feeling to keep the colonies bound to Britain while still using them as agents for further British expansion.”³²

32 Ibidem, p.4

Sob essa ótica, a interpretação smithiana da *apoikia* grega ganha novas dimensões. Os “laços fraternos” que ligariam territórios livres à metrópole de origem representam mais do que as possibilidades de criação de um eixo de mútuo benefício por meio da troca, mas a constituição de uma intrincada rede de influências centrada na figura da Grã-Bretanha enquanto *hegemón* naval internacional.

A dominação exercida pelos ingleses excedeu facilmente os limites histórico-geográficos do império britânico, se estendendo para incorporar territórios que nunca estiveram sob controle formal da Coroa – se discutimos imperialismo do livre comércio em bolsões litorâneos da África, Ásia ou nas demais nações pertencentes à Commonwealth, temos a gradual transição entre império formal e informal; no caso dos movimentos de independência latino-americanos, o acompanhamento cuidadoso dos britânicos e a estruturação de um sistema político local conveniente aos seus interesses dispensavam a necessidade de intervenção militar, salvo em demonstrações de autoridade que tinham por objetivo central não a conquista, mas a manutenção da coesão do bloco. O apoio dado a essas revoluções é um dos exemplos mais claros do *modus operandi* do império, pautado pelo estabelecimento de “free trade and friendship treaties”. “Characteristically, the British recognition of Buenos Aires, Mexico and Colombia took the form of signing commercial treaties with them”³³, o que apresentava a vantagem não só de incorporar estas regiões à área de influência do Império Britânico, mas de apartá-las de suas principais rivais continentais (França, Rússia e – ao fim do século – Alemanha). O argumento é desenvolvido para incorporar a medida de dependência estabelecida pela proteção do livre comércio enquanto ideal e a cooptação das elites locais, “for once their economies had become

33 Ibidem, p.8

sufficiently dependent on foreign trade the classes whose prosperity was drawn from that trade normally worked themselves in local politics to preserve the local political conditions needed for it”³⁴

No sistema exposto por Gallagher-Robinson, a renomada “diplomacia de canhoneira” britânica não seria a regra primeira de atuação, mas uma ferramenta ocasional no reforço do controle informal. “Somente quando as estruturas políticas locais dessas novas regiões falhavam em garantir condições satisfatórias para sua integração comercial ou estratégica e quando sua fragilidade relativa permitia”, afirmam, “o poderio militar é utilizado de maneira tradicionalmente imperialista para promover o ajuste dessas condições.”³⁵ Nisso consiste a principal distinção entre o Império Britânico na Era Vitoriana e os impérios de caráter colonial, dos séculos anteriores – enquanto os últimos pautavam-se pela progressiva aquisição territorial e viam nisso um passo indispensável à constituição do poderio dos Estados-Nação modernos em âmbito internacional, a noção aqui trabalhada de império não depende somente da manutenção de possessões formais, apenas uma das ferramentas necessárias ao controle da vastidão de territórios sob a tutela informal dos ingleses. Nas palavras de Gallagher e Robinson, “It may be suggested that this willingness to limit the use of paramount power to establishing security for trade is the distinctive feature of the British imperialism of free trade in the nineteenth century, in contrast to the mercantilist use of power to obtain commercial supremacy and monopoly through political possession.”³⁶ O “novo imperialismo” tem sucesso em manter o controle das regiões pertencentes à esfera informal sem o ônus representado pelos custos da proteção militar às colônias e às rotas comerciais das companhias monopolistas, como ressaltado por Smith e por tantos outros pensadores liberais.

34 Ibidem, p. 10

35 Ibidem, p.6

36 Ibidem, p. 6

De acordo com a noção de Imperialismo do Livre Comércio, as políticas imperiais ocasionalmente se estenderiam além das regiões de interesse econômico direto, mas como forma de garantir sua segurança/manutenção – incorporando à visão desse sistema não só o elemento econômico, como uma série de fatores geográficos, políticos, sociais. A consolidação de possessões inglesas como o Afeganistão, por exemplo, constituem dessa perspectiva um importante movimento na manutenção de alguma estabilidade no Oriente Médio, necessária à manutenção dos interesses britânicos no sudeste asiático e ao longo da costa oeste africana. Por meio da posse formal de regiões estrategicamente importantes, garante-se a expansão do império informal em suas vizinhanças e a preservação das rotas comerciais inglesas.

Ao fim de seu artigo, os dois autores explicitam o que consideram o princípio básico de atuação de seu “imperialismo do livre comércio”, conforme posto em curso pelo Império Britânico. Em poucas palavras, Gallagher e Robinson afirmam que

“British policy followed the principle of extending control **informally if possible and formally if necessary**. To label the one method 'anti-imperialist' and the other 'imperialist', is to ignore the fact that **whatever the method British interests were steadily safeguarded and extended**. The usual summing up of the policy of the free trade empire as 'trade not rule' should read '**trade with informal control if possible; trade with rule when necessary**'.”³⁷

Curiosamente, tal concepção encaixa-se quase que perfeitamente à posição de Adam Smith sobre as colônias. Compreendendo a expansão do império informal nos

37 Ibidem, p.13

termos da *apoikia smithiana*, temos um quadro claro da vocação liberal do Império Britânico. No entanto, antes de trabalharmos explicitamente com as relações entre as duas concepções, optamos por delinear os componentes de algumas das críticas feitas à proposição de Gallagher-Robinson – começando por “The Anti-Imperialism of Free Trade”, de Oliver MacDonagh.

II – A Crítica de MacDonagh e o Papel da Manchester School

As críticas à proposição de John Gallagher e Ronald Robinson foram quase imediatas, tomando muitas vezes por base as imprecisões na formulação dos conceitos definidos pelos autores e a dificuldade de sua comprovação empírica. Quando contrapostos aos casos reais de exercício de imperialismo pela Coroa Britânica, apresentar-se-iam insuficientes na explicação das motivações subjacentes à adoção deste ou daquele curso de ação – já que a incorporação formal daquele território às possessões imperiais britânicas não representava critério necessário para sua qualificação enquanto “imperialismo”, o que caracterizaria uma dada política como imperial? Ademais, o artigo de Gallagher-Robinson teria pontos falhos por tangenciar a importância dos debates sobre o destino do império britânico travados no Parlamento, no período, sob forte pressão da sociedade civil (principalmente do grupo de oradores conhecido por Manchester School).

Em 1962, Oliver MacDonagh agruparia sobre o provocativo título de “The Anti-Imperialism of Free Trade”³⁸ uma série de objeções às asserções presentes no artigo original. Sua hipótese central é de que a expansão do império informal não era um fenômeno desconhecido dos Free Traders britânicos, que ainda assim promoviam

38 MACDONAGH, O. “The Anti-Imperialism of Free Trade” in *The Economic History Review*, New Series, Vol. 14, No. 3, (1962), pp. 489-501

cerrada oposição a qualquer iniciativa que entendessem como resultado da articulação dos interesses de seus rivais políticos clássicos, os Imperialists. Muitos sucessos para a causa liberal teriam resultado deste embate, conduzindo o Império a um estado de maior abertura comercial e ao gradativo abandono de seus “vícios” coloniais.

Concessões são feitas à oposição dos autores ao formalismo excessivo das interpretações clássicas do imperialismo britânico, mas ressalta-se a gama de dificuldades conceituais levantadas pela incorporação da noção (imprecisa, segundo MacDonagh) de “império informal” ao já saturado léxico da historiografia sobre império e imperialismo. Desta forma, MacDonagh antecederia seu ataque com a manifestação clara de sua oposição à existência de uma esfera informal de influência do império britânico, ou ao menos da classificação dada à expansão desta como imperialismo:

“The Gallagher-Robinson notion of 'informal empire' presents several conceptual difficulties. First, it is not sufficiently exclusive as a definition. By way of reduction ad absurdum we might remind ourselves that the U.S.A. was the main recipient of British capital and people during these years [n.a.: mid-Victorian era] , and it would surely be extravagant to regard her as portion of the 'informal empire'. Again, although our authors deny that there is any essential difference between the two, the criteria of 'informal empire' are hardly applicable to formal. If they were, we might find ourselves constrained to drain Canada of colour while the Balkans were being painted off-red³⁹. And there are cases which seem to defy the categories altogether. Is, for example, nineteenth-century

39 Tradicionalmente, os mapas políticos listando as possessões do Império Britânico marcam os territórios pertencentes à Coroa pela cor vermelha.

Ireland to be regarded as imperializing or imperialized? Ireland was indeed the prime exporter of population from the United Kingdom; but she was also the major exporter of French Revolutionary ideology, Roman Catholic religion and anti-British sentiment. In fact, 'overseas trade, investment, migration and culture' were not four battalions in the same regiment: they did not even march in the same direction."⁴⁰

Na visão de MacDonagh, mais do que aspectos concomitantes da dinâmica de expansão imperial promovida pela Grã-Bretanha, suas facetas formal e informal poderiam muitas vezes representar os lados opostos de um conflito entre objetivos e orientações distintas, muitas vezes resultado da ascensão ou decadência de diferentes correntes políticas no Parlamento. Se é possível sumarizar sua crítica à tese de Gallagher-Robinson em poucas palavras, o erro dos autores teria sido o universalismo excessivo de sua teoria: pecam pela desatenção quanto às dinâmicas locais tanto das regiões ocupadas quanto do coração do Império; definem um conceito que, por sua abrangência, acaba por tornar-se inverificável em sua forma perfeita; e, por fim, pela crença na continuidade da expansão do império, revelam-se apáticos às inúmeras vicissitudes políticas enfrentadas por este ao longo do meio século posto em questão.

Para este autor, a condução dos interesses imperiais ingleses não passou despercebida nem impune aos partidários do livre comércio enquanto ideal político/econômico. Ainda que houvesse um Império, e que este tivesse se expandido significativamente ao longo da segunda metade do séc. XIX, os formuladores das correntes mais "agressivas" de política externa britânica não trilharam um caminho sem dificuldades. A oposição promovida pelos Free Traders era constante e contava

40 Ibidem, p. 489

com uma aceitação pelo público da qual os relatórios sobre os gastos da Marinha e as embaraçosas derrotas das forças expedicionárias britânicas para populações locais ao redor do globo não poderiam dispor. Nas palavras de MacDonagh,

“Finally, while there is much truth in the Gallagher-Robinson view of a stable and aggressive mid-Victorian imperialism, it is also true that this imperialism was continuously - and not altogether unsuccessfully - challenged. Here in fact our authors are misleading. Although they do not define free trade, they certainly leave us to understand that the free traders promoted the growth of empire. It is true that the pre-eminent free traders of the period 1840-70 were well aware of the development of 'informal empire', and discerned many of the features which Mr Gallagher and Dr Robinson have re-discovered. But they also pronounced them to be a sin against free trade, and opposed them with all the resources at their command.”⁴¹

Sua crítica assenta-se, além da imprecisão dos termos escolhidos pelos autores em sua concepção de império, sobre a dinâmica interna do mesmo ao longo do período discutido – e, principalmente, na atuação dos Free Traders de Manchester. Um dos centros da indústria têxtil britânica, na primeira metade do século XIX Manchester passava por sérias dificuldades graças à sua expressiva população de operários e aos elevados custos dos gêneros alimentícios, resultado das tarifas à importação de cereais presentes na Lei do Trigo. Promulgadas e mantidas pela influente aristocracia proprietária de terras (que via nestas uma salvaguarda de seu

41 Ibidem, p. 490

status e poder econômico nas ilhas britânicas), tais tarifas eram vistas como uma das últimas e mais prejudiciais proteções econômicas adotadas pelo Império, na medida em que o aumento no custo da alimentação dos operários incorria em maiores custos de produção, elevando o preço das mercadorias têxteis britânicas e limitando suas possibilidades de concorrência com a florescente indústria continental.

Marcada pela presença de uma influente elite industrial, Manchester tornou-se o quartel-general da Anti-Corn Law League na primeira metade do século, servindo de base para uma sistematização dos princípios liberais de direito, filosofia moral e economia política em um *rationale* de discurso político, raiz do cânon retórico do liberalismo econômico desde então. Em teoria, a argumentação adotada pelos manchesterianos teria suas raízes nos trabalhos dos grandes economistas políticos clássicos – Smith e Say, principalmente – e de tantos outros pensadores liberais de grande expressão no período – Hume, Bentham e Locke são mencionados, em alguns momentos. No entanto, a incorporação do pensamento destes autores na oratória de Manchester se dava de forma profundamente seletiva, com a simplificação dos argumentos empregados à constituição de imperativos liberais pragmáticos, muitas vezes distantes do contexto específico da escrita das obras citadas. Ademais, a transição entre o pensamento liberal clássico britânico e sua menção nas altercações entre *Free Traders* e *Imperialists* culminou em uma gradativa subordinação da lógica discursiva presente nas obras originais ao reducionismo pragmático das demandas de política econômica dos grandes industriais têxteis – o que veio, com o tempo, a tornar-se um dos grandes vícios da argumentação de caráter liberal em termos políticos e econômicos. Vale ressaltar que o anti-estatismo manchesteriano era tão arraigado que seus representantes nunca chegaram a se organizar em uma estrutura partidária convencional, preferindo ao invés disso manter-se à parte das disputas pelo

Estado e exercer influência sobre correntes diversas do parlamentarismo britânico.

Retomando a linha de argumentação desenvolvida por MacDonagh, o grupo de pressão constituído pelo “Capitalismo de Manchester” seria uma das bases de defesa da sociedade civil contra as arremetidas quixotescas do decadente imperialismo britânico, resguardo dos interesses da aristocracia fundiária e do almirantado. Delineando a importância da defesa do liberalismo para os correligionários da *Manchester School*, propõe que

“Free trade was crucial to the Manchester program, but it was a part and not the whole. Like the crown in the Elizabethan constitution, it was the symbol and the primum mobile of a system, but not the system itself. As Welby says of the system, 'the interests of the individual, the interests of the nation and the interests of all nations are identical; and these several interests are all in entire and necessary concordance with the highest interests of morality. With this belief, an economic truth acquired [...] the dignity and vitality of a moral law.' Free trade, then, had two functions within the whole. First, it was the particular economic manifestation of a general moral and human principle; and secondly, it was (like the less-eligibility principle) one of those simple, yet fundamental and universal mechanisms, immanent in society and self-adjusting, which were so dear to the minds of the Victorians.”⁴²

Ainda assim, a manifestação dos ideais do liberalismo manchesteriano em discurso seguia alguns ditames básicos, uma norma geral (obviamente informal) de

42 Ibidem, p.491

articulação ideológica. A argumentação de Richard Cobden e John Bright, os dois grandes expoentes e “líderes” do movimento aos olhos da imprensa vitoriana, centrava-se sobretudo nas críticas a instâncias tidas como dispensáveis de atuação governamental, tal qual os embates e embaraços com outros Estados, gastos estatais prescindíveis, a “sangria” promovida pela hipertrofia da burocracia estatal e a manutenção dos direitos da aristocracia⁴³. Desenvolvendo o argumento em profundidade, afirma que, para os integrantes da *Manchester School*,

“The army, the navy; formal imperialism, informal imperialism - all these were not merely ranged upon the same hostile side, but were interacting and interdependent. Both formal and informal imperialism supported the armed forces; the armed forces supported the aristocracy; the aristocracy supported empire, and with it bellicosity, war, waste, outdoor relief for its cadets and clients, and a steadfast opposition to free trade. Conversely, Cobden observed as early as 1842, ‘it would be well to engraft our free trade agitation upon the peace movement. They are one and the same cause.’ Thus, to understand the anti-imperialism of free trade we must understand, first, that it was an inextricable portion of a general political attitude, and secondly that it wore positive as well as a negative aspect.”⁴⁴

A defesa do liberalismo econômico e político por parcelas significativas das camadas mais influentes da população inglesa justificariam, para MacDonagh, um refraseamento do conceito de “liberalismo do livre comércio” conforme formulado

43 Ibidem, p. 492

44 Ibidem, p. 492

por Gallagher e Robinson. O embate histórico entre *Imperialists* e *Free Traders* tornaria a denominação uma contradição em si mesma, dado o volume absurdo de sentidos implícitos nos dois termos. Ainda assim, concessões são feitas à definição original: “It was the achievement of Mr Gallagher and Dr Robinson to establish the essentially imperialist character of British policy and public sentiment in the years 1845-60, and to dissipate the contrary myth. But when they step out further and ignore the existence of an implacable opposition to imperialism, and deny variety to British imperial policy in the Victorian age, they mislead us dangerously.”⁴⁵

A nosso ver, ainda que MacDonagh apresente importantes contribuições ao delinear a constituição de uma oposição clássica ao caráter imperial da política externa e econômica da Grã Bretanha no período discutido, a inconsistência creditada à tese de Gallagher e Robinson não procede – a concepção de Imperialismo do Livre Comércio prima justamente por permitir a análise caso a caso das iniciativas do Império, libertando-as da qualificação taxativa de “imperialismo” ou “anti-imperialismo”. O pecado capital de MacDonagh, no entanto, não é esse, mas sim seu apego à *ideologia* de defesa do livre comércio, que acaba por impedir uma crítica mais substancial ao artigo inicial. Tal engodo manifesta-se em uma das passagens conclusivas do texto: “The simple theme of a conflict of imperialist and anti-imperialist forces must be balanced by an appreciation of complications and ambivalence which were also involved. The first complication is that imperial issues were never really separable from the great nexus of domestic concerns and prejudice.”⁴⁶ Que as questões domésticas exerciam influência sobre os rumos tomados pela política imperial é como que um consenso geral entre os analistas, mas alçá-las a uma posição de preponderância sobre o fenômeno da expansão imperialista britânica

45 Ibidem, p. 500

46 Ibidem, p.501

ao longo da era vitoriana é um exagero. Tais argumentos não atingem o cerne da proposição de Gallagher-Robinson: a continuidade implícita nas inflexões entre avanço e contração das possessões formais, uma vez que o *imperium* exercido pelos britânicos sobre o resto do mundo se daria não só por termos constitucionais, invasão e conquista territorial, mas pela expansão dos territórios abertos às mercadorias inglesas.

Finalmente, há um problema adicional na crítica apresentada por MacDonagh – o discurso dos *Free Traders* sobre as liberdades comerciais não é uniforme, nem ao longo do período discutido, nem no escopo das diversas possessões do império. É isto que ambicionamos discutir na próxima sessão do capítulo, partindo da defesa da tese original do imperialismo do livre comércio empreendida por R. J. Moore.

III – Índia e as Divergências entre os Manchesterianos

Moore inicia seu artigo declarando o que percebe como os erros de MacDonagh em sua crítica ao artigo de Gallagher e Robinson. Para o autor, tais problemas poderiam ser agrupados em dois determinantes: (1) a concentração dos argumentos desenvolvidos em “The Anti-Imperialism of Free Trade” sobre as posições e pronunciamentos de Cobden, que não são, de modo algum, representação das opiniões expressadas pelo conjunto dos manchesterianos; e (2) a complexidade das propostas da *Manchester School* para as colônias – especialmente para a Índia –, que envolviam muito mais do que a defesa categórica das liberdades comerciais. Observa que “o interesse de MacDonagh na convicção de Cobden sobre a futilidade e inutilidade do governo britânico sobre a Índia obscurece a pressão exercida pelo

grupo por reformas positivas na condução da empreitada colonial”⁴⁷

Em “Imperialism and 'Free Trade' Policy in India, 1853-4”, os argumentos dos integrantes da *Manchester School* são analisados em profundidade, garantindo um amplo panorama de seu posicionamento sobre a intervenção inglesa na região. Curiosamente, a posição de John Bright e de vários de seus correligionários centrava-se mais na revisão do sistema implementado, e não em seu desmantelamento, como revela o autor na passagem seguinte:

*"They propounded, in fact, a policy of internal development through the promotion of communications and public works. There is good reason to suggest that **this policy was inspired by the motive of obtaining Indian cotton**, and that the espousal of it involved condoning improvements being effected by private capital upon which the returns were secured against the public revenue of India. That is to say, in anti-imperialist terms, **the Manchester school were associated with the 'exploitation' of India as a source of raw material, and as a field for the guaranteed investment of 'finance capital'**."*⁴⁸

Ainda segundo Moore, enquanto Cobden poderia muito bem representar o papel do liberal exaltado, divulgador fiel das benesses do *laissez faire* e adversário de toda e qualquer proteção econômica, a posição de Bright era significativamente mais complexa. Seus interesses na manutenção dos territórios indianos enquanto fonte de matérias primas para o algodão de Manchester são fartamente documentados, e sua crítica constrói-se essencialmente em torno da necessidade da constituição de uma

47 MOORE, R. J. “Imperialism and 'Free Trade' Policy in India, 1853-4” in *The Economic History Review*, New Series, Vol. 17, No. 1, (1964), pp. 135-145. p. 135

48 Ibidem, p.135

infraestrutura que permitisse a continuidade da empreitada comercial-financeira britânica na Índia. Mas tal posicionamento não era esposado somente por Bright – vários dos membros da *Manchester School* mantinham posições muito semelhantes, como afirma Moore

*"Bright's colleagues echoed his sentiments. Phillimore described the Company's public works policy as 'disastrous'. Danby Seymour called for such a government as would encourage the investment of English capital in India, in consequence of which 'the aspect of Hindoostan would be changed enormously before ten years had passed'. Digby Seymour, who acknowledged his attachment to the 'Young India' group, revealed that India's consumption of British goods was low compared with South America's, and that whilst England's imports of American cotton had climbed steadily, the quantities drawn from India had remained constant. 'How', he asked, 'was that to be accounted for? America had 11,000 miles of railway; but in India [...] the expenditure for railways had not been more than sufficient to place 100 miles in course of construction.' He condemned the existing form of government because he believed that it inhibited internal development: 'What were the tests they ought to take in order to try the merits of the system? He would ask whether by the present system peace was encouraged - whether the works of peace, such as canals and roads, the means of transit and internal traffic flourished [...]; instead of peace, the system had been the instigation and the cause of war'."*⁴⁹

49 Ibidem, p.138-139

Nesse sentido, mais do que a proposta de abolição das amarras coloniais, os manchesterianos viam na Índia um problema de má-aplicação dos recursos públicos, que deveriam estar envolvidos na consolidação de uma estrutura de fornecimento de algodão para as manufaturas têxteis de Manchester. Mais do que a “oposição sistemática” a toda e qualquer política taxada de imperialista, resumida na fórmula “trade not rule” tantas vezes apregoada por Cobden e seus correligionários, vemos aqui os partidários do capitalismo de Manchester defender a agenda imperial britânica conforme delineada por Gallagher-Robinson: *trade with informal control if possible, trade with rule when necessary*.

Desta forma, podemos concluir que, por mais liberal e “anti-imperialista”, na acepção tradicional do termo, que fosse o discurso liberal manchesteriano, este ainda apresentava suas incongruências – ou melhor, suas alternâncias entre controle *formal*, com intervenção sistemática do Estado na promoção dos interesses do capital comercial-financeiro britânico, e a influência *informal* exercida pela adoção do livre comércio. Intuitivamente, confirma-se a proposição fundamental de “The Imperialism of Free Trade” por sua crítica e pela posição tomada pelos ditos “anti-imperialistas” na discussão sobre a condução do imperialismo Vitoriano. Sumarizando seu posicionamento sobre a questão, Moore conclui que “em sua análise do relacionamento entre livre comércio e imperialismo ao longo da década de 1850, MacDonagh pecou por concentrar-se quase que exclusivamente no pensamento e nas posições de Richard Cobden”, insistindo que “‘livre comércio’ deveria significar a aplicação imediata da doutrina em objetivos políticos por certas pessoas e associações”⁵⁰. Além de considerar as opiniões de outros expoentes da *Manchester*

50 Ibidem, p. 145 – livre tradução

School, crédito deveria ser dado às ressalvas de Cobden em envolver-se nesse debate, sob a excusa de que, nesse campo, mantinha “opiniões de natureza relativamente abstrata, inadequadas para as demandas práticas da questão”⁵¹. Em crítica clara à posição sustentada por MacDonagh, Moore afirma que

*“By following Cobden's thought too exclusively, MacDonagh exaggerates 'the anti-imperialism of free trade' at the level of practical politics. In relation to India during the 1853-4 period, his 'free trade' group employed its characteristic political technique to press a positive policy of economic development. It is necessary to recognize that as 'Reformers' they contributed to the strength and endurance of Britain's imperial connexion with India.”*⁵²

Mas mesmo os opositores à argumentação encampada por Gallagher e Robinson admitem que, pelas incongruências presentes em vários dos pontos abordados, a tese de MacDonagh não proporciona uma crítica consistente à idéia original. O principal expoente deste grupo é D. C. M. Platt, autor de “The Imperialism of Free Trade – Some Reservations” e “Further Objections to an 'Imperialism of Free Trade’”.

IV – As Objeções de Platt

Para Platt, os problemas conceituais enfrentados pela noção de “imperialismo do livre comércio” não se dariam no plano dos debates entre Imperialistas e Anti-

51 Ibidem, p. 145 – livre tradução

52 Ibidem, p. 145 – livre tradução

Imperialistas, mas na determinação dos interesses globais do Império, mais próximos da expansão do livre comércio per se do que da constituição de zonas formais/informais de influência. Considera também que MacDonagh foi mal sucedido ao construir sua crítica justamente por se ater excessivamente à postura adotada por Cobden no período em discussão – que não poderia de forma alguma conferir indicativos da falência do conceito formulado por Gallagher e Robinson –, sendo “The Anti-Imperialism of Free Trade” mais como um rascunho, esboço de objeção do que um ataque eficaz.

A maior consistência da argumentação de Platt, quando comparada ao apego de MacDonagh pelo discurso dos influentes capitalistas manchesterianos, é claramente perceptível. O ataque aqui se concentra sobre a idéia de “continuidade” presente no artigo original – que, para o autor, revela uma certa tendência ao comodismo (“any theory which establishes continuity is ipso facto more credible than another which depends on radical change”⁵³, no dizer de Platt). Sua crítica se pauta por alguns determinantes centrais. O primeiro (e principal) envolve o questionamento sobre os interesses envolvidos na manutenção de áreas de influência formais/informais pela Coroa: havia realmente um projeto de intervenção das elites britânicas? Ou o histórico de avanços/retrocessos imperiais é uma sucessão de acasos, acontecimentos, planos sucessivos e desconexos? Nesse sentido, a análise das transformações pelas quais passa o debate sobre Império pela sociedade civil e no Parlamento seria de grande importância. Já o segundo diz respeito aos limites da intervenção britânica em territórios distantes, tanto operacionais quanto aqueles auto-impostos pela proposta geral do Império. Nesse sentido, comenta que

53 PLATT, D. C. M. “Further Objections to an ‘Imperialism of Free Trade’, 1830-60” in *The Economic History Review*, New Series, Vol. 26, No. 1, (1973), pp. 77-91. p. 77

"In Latin America, in the Levant, and in the Far East, British governments took what action they could to open markets and to keep those markets open. But what they were prepared to do fell far short of the energetic promotion and intervention described by Gallagher and Robinson, and it fell short in the following respects: the range of government action on behalf of overseas trade permitted by the laissez-faire tradition of the time was extraordinarily narrow; official demands on behalf of British interests overseas never went beyond equal favour and open competition; non-intervention in the internal affairs of foreign states was one of the most respected principles of British diplomacy; and force, while often called for in the protection of British subjects injured by government action abroad, was rarely and only exceptionally employed for the promotion of British trade and investments."⁵⁴

Apesar da precisão com que formula seus argumentos, Platt comete alguns deslizes ao conceber a expansão comercial britânica fundamentalmente sob a ótica de promoção da livre concorrência. As limitações apontadas para a atuação ultramarina governamental empalidecem frente à pujança da marinha britânica, que certamente dispunha de condições de deslocamento e intervenção militar singulares, muito superiores às das potências continentais. Da mesma forma, a abertura desta ou daquela localidade ao sistema internacional de livre comércio não beneficiaria a Alemanha recém unificada, a França massacrada pela guerra e pelas revoltas populares⁵⁵ e suas manufaturas, mas o *behemoth* industrial inglês, que sozinho

54 PLATT, D. C. M. "The Imperialism of Free Trade: Some Reservations" in *The Economic History Review*, New Series, Vol. 21, No. 2, (Aug., 1968), pp. 296-306. p. 297

55 Que, dado o volume das execuções do fim do século XVIII, ainda não dispunha de um quadro de oficiais capazes de reestruturar sua debilitada marinha.

dispunha das condições práticas para expandir suas rotas de comércio até os confins do globo. Se há algo que abertura comercial definitivamente não representava, no período discutido, é a possibilidade de “open competition” entre os Impérios rivais.

Platt insiste em sua defesa do livre comércio enquanto ideal como “caráter” fundamental da expansão industrial/marítima britânica, chegando ao ponto de afirmar que seu poderio econômico só teria sido atingido por meio da iniciativa individual – e que somente pela manutenção desta poderia ser conservado. Daria indicativos dessa tomada de posição pela análise do comportamento dos homens de Estado britânicos ao fim da era vitoriana, como no caso de Sir Boyle: “Even after the experience of a couple of decades of foreign competition - increasingly threatening in neutral and home markets - Sir Courtenay Boyle (Permanent Secretary to the Board of Trade, 1893-1901) maintained that the state could give only limited assistance in developing and increasing our competitive power; *Britain's commercial position had been attained, and must be preserved, by individual effort*, and what the state could properly do was limited to the supply of accurate commercial information.”⁵⁶ Mais do que uma opção de política econômica, uma das possibilidades da realpolitik liberal vitoriana, laissez-faire e livre comércio teriam, no período analisado, o status de base ideológica para os “mid-Victorians” - seria, para Platt, um dos dogmas presentes na formulação da política externa britânica, uma das leis fundamentais subjacentes à sua atuação efetiva. Que o liberalismo econômico clássico tivesse há muito tempo saído do campo da discussão filosófica e/ou científica para se enraizar como uma das grandes matrizes da ideologia dominantes na Inglaterra Vitoriana não resta dúvida, mas considerá-la elemento indispensável da formulação de política econômica/externa pelo Império Britânico soa como um exagero, ainda mais se analisamos as

56 Ibidem, p. 298; grifo nosso

consequências últimas das atitudes tomadas – que insistem em negar a crença dos debatedores na gradual liberalização da atuação do Império.

Páginas de “The Imperialism of Free Trade: Some Reservations” são gastas na exemplificação de casos em que a intervenção britânica não representava mais do que a abertura de uma dada nação (em estágio de desenvolvimento econômico obviamente inferior) aos benefícios do comércio internacional, com pouco ou nenhum sucesso. Platt se envereda pela discussão da política de não intervenção na América Latina adotada pelos oficiais da marinha e diplomatas ingleses, mas seus argumentos tornam-se insustentáveis, ainda mais se partimos da perspectiva local, visualizando o processo pelos olhos do colonizado, do objeto (e não do sujeito) da política imperial britânica. Ainda que no plano teórico o texto apresente coerência e grande medida de coesão, o contraste com as parcerias e acordos comerciais historicamente estabelecidos entre as elites latino-americanas e os financistas, comerciantes e homens de negócios britânicos já nos proporciona argumentos mais do que suficientes para rejeitar as objeções levantadas pelo autor. Os resultados políticos da influência informal exercida pela mera das manifestações do poderio econômico do Império são sentidos em escala muito superior à idéia simplista de que a única ferramenta à disposição dos interesses internacionais ingleses seria a tradicional “diplomacia de canhoneira”, consideração implícita no artigo em questão.

No entanto, se no tocante à atuação inglesa na América Latina a argumentação de Platt já apresenta algumas inconsistências, ao lidar com os embates travados pelo Império na Ásia perde-se completamente o tom do debate, e o texto descola-se de forma brutal do relato dos acontecimentos. Ao discutir os interesses liberais presentes no enfrentamento com a China, afirma

"The violence which accompanied the opening of the Chinese ports to world trade, and the strong position traditionally enjoyed by British trade and finance on the China coast, have tended to distort the final picture both of what actually happened in China in the middle decades of the last century and of the extent to which it affected the imperial government at Peking. Events of importance to Europeans were mere pinpricks on the maritime fringes of a great empire. European trade never made any real impact on the interior of China, and the efforts of mid-Victorian officials were restricted almost exclusively to the regulation of trade at the treaty ports."⁵⁷

Certamente, qualquer análise, por superficial que seja, das sucessivas intervenções britânicas na região – com seu ápice na Guerra do Ópio – não endossa tal ponto de vista. Não contente, Platt dá continuidade a sua proposição central na conclusão do artigo: "so far as an 'imperialism of free trade' can be said to have existed at all - and Prof. MacDonagh has already warned us how misleading that title can be - *it was limited to the opening of world markets on equal terms* to international trade: an action which, though it may have ended occasionally in violence, at no stage made any claim to exclusive political influence or control, to new territory, or to preferential treatment."⁵⁸ Tal linha de argumentação só se sustenta se partirmos dos enunciados levantados pelo próprio autor, que consideravam a rejeição do estabelecimento de monopólios pelos governos vitorianos como uma das objeções centrais à viabilidade da interpretação promovida por Gallagher-Robinson. Em suas palavras, as divergências com a concepção de imperialismo do livre comércio se

57 Ibidem, p. 302; grifo nosso

58 Ibidem, p. 305

dariam efetivamente pela gradação: “Mid-Victorian governments were prepared to promote and protect British trade, but to what extent? Can their action, such as it was, be described as 'imperialism' formal or informal? Was the government ready to seek out “paramountcy” in the interests of British trade, by informal control if possible, formal control if necessary? Or was this 'paramountcy' automatic, created by Britain's industrial and financial lead, through the agency of British traders and investors and without government intervention?”⁵⁹

Como resposta às questões levantadas por “The Imperialism of Free Trade”, Platt retoma a periodização adotada pelos estudiosos clássicos do imperialismo, afirmando que a retomada da intervenção política aberta como resultado ou ferramenta na expansão da zona de influência econômica britânica só toma forma a partir de 1880, invalidando a concepção de um imperialismo do livre comércio posto em curso ao longo da Era Vitoriana como um todo. Ainda que responsável por um texto ponderado e de argumentos em muitos momentos razoáveis, o autor não chega a tocar no cerne da questão. Mais do que parte do programa político deste ou daquele partido ou grupo de influência, o projeto de Império britânico representa a imbricação de interesses econômicos e políticos nem sempre convergentes, nem sempre simpáticos um ao outro – mas que, por vias distintas, conduzem a resultados similares. Seja na anexação militar de parcelas estratégicas da costa da África, do Canal de Suez ou do Afeganistão, seja pela expansão e defesa dos interesses econômicos dos capitalistas liberais de Manchester, a articulação entre poder econômico (impulsionado pela promoção do liberalismo econômico enquanto ideal e pelo estabelecimento de parcerias comerciais e acordos preferenciais) e político, militar (pela constituição de possessões que garantissem a tutela britânica sobre as

59 Ibidem, p.303

grandes extensões mantidas “informalmente” sob seu controle) estava sempre presente, e representava a via adotada ao longo da segunda metade do XIX para a consolidação do primado britânico sobre os oceanos e os mercados internacionais. Se a primazia econômica britânica garante que, em situações de livre comércio, ela seria a parceira mais desejável para a absoluta maioria das economias sujeitas à sua dominação informal, sua vastíssima marinha (mercante e de guerra) possibilitava, por outro lado, o domínio incontestado das rotas de comércio mantidas pelo Império. À luz do desnível de poder observado entre a Grã-Bretanha e suas rivais no continente, a idéia de que a defesa do liberalismo econômico representaria a criação de “termos igualitários” para o estabelecimento de relações econômicas internacionais soa absurda. Que outra nação poderia comercializar com América Latina e Ásia em termos tão favoráveis? Como garantir a segurança das frotas mercantes continentais em oceanos efetivamente controlados pelas naus britânicas? Se havia a diretriz de não intervenção, era por uma razão simples: esta não era necessária. A primazia econômica/naval britânica garantia ao Império condições ótimas de exercício de influência política, sem os custos envolvidos na condução da empreitada militar.

Conclusões

Após a reavaliação das críticas propostas por Adam Smith ao sistema colonial e a incorporação da argumentação utilizada pelos participantes no debate sobre o Imperialismo do Livre Comércio, podemos afirmar com segurança não só que Smith desenvolve, ao longo do Livro Quarto e, mais precisamente, no Capítulo Sétimo deste, uma cartilha de atuação para o Império nas décadas ainda por vir, quando da publicação de sua obra magna. Por mais que estas permaneçam implícitas, ocultas em meio às entrelinhas da defesa fiel do liberalismo econômico e do ataque ao colonialismo moderno, e que talvez não constituíssem, na visão de seu formulador, um “projeto de império” sistemático, ordenado e com fins claros, as orientações podem ser percebidas pela posição adotada pelo autor quanto ao “tipo positivo” de colônia – as colônias gregas, tratadas por *apoikia* (sua denominação original) ao longo dos capítulos relacionados com sua discussão – símbolo de um colonialismo não só perfeitamente aceitável mas desejável, segundo um dos pilares de sustentação do pensamento liberal contemporâneo.

Essa constatação nos conduz a uma série de conclusões não só sobre a questão central proposta neste trabalho – a presença (ou ausência) de um “projeto de império” n’*A Riqueza das Nações* – mas também sobre a leitura das obras de Smith e o debate sobre a proposição de Gallagher e Robinson. Na intenção de reler o sistema smithiano de economia política internacional partindo de uma ótica distinta do liberalismo convencional, fomos levados a nos despir das camadas de retórica política sempre presentes na interpretação de um autor tão debatido e tão caro ao pensamento liberal clássico. Estudar Smith, hoje, é um trabalho de desmistificação, desconstrução do

mito sobreposto à sua obra ao longo de mais de dois séculos de debates. Dessa experiência de “arqueologia” do pensamento econômico saímos com a certeza de que para reler os clássicos é preciso mais do que o olhar do presente e o apoio das mediações construídas ao longo do tempo – é necessária alguma insistência, fidelidade ao texto original e clareza de idéias, sem as quais nossos argumentos certamente teriam se perdido em meio ao palavrório manchesteriano e às severas reduções impostas pela retórica vitoriana ao caráter plural de uma obra da magnitude d'*A Riqueza das Nações*.

Ainda que tenhamos tomado por base a formulação de Benians, acreditamos hoje que a concepção de Império adotada por Smith supera em muito a “comunidade de nações” constituída a partir da representação das colônias, estendendo-se ao escopo das relações ideais entre cidade-mãe e *apoikia* no sistema colonial dos gregos antigos. Para além das discussões sobre custos, tributação ou interesses das elites locais, Smith desvela em seu Livro Quarto todo um sistema de atuação *política* do Império Britânico, pautado na obtenção de influência por meio do estabelecimento de acordos preferenciais e da “liberalização” generalizada de economias em estágios anteriores de desenvolvimento. Os ditos “laços de afinidade” possíveis entre Inglaterra e suas colônias se estenderiam não só a estas últimas como às antigas possessões coloniais de muitas de suas rivais européias, constituindo-se na base da estrutura de dominação política e econômica internacional consolidada ao longo da Era Vitoriana.

E é a esse Império do Livre Comércio que os “anti-imperialistas” de Manchester acabam por servir. Mais do que opositores aos diversos grupos de interesse alinhados sob a alcunha de “Imperialistas”, os *tycoons* financeiros, industriais e comerciais britânicos foram a força motriz por trás da expansão desta forma peculiar de exercício de poder imperial. Nessa concepção, o Império não pode

ser encarado tão somente como a iniciativa programática do Estado em expandir sua área de influência – esta já expande-se pela articulação dos agentes a ela integrados, independentemente da concepção que estes têm de sua atuação política e econômica.

Concluimos certos de que há, em Smith, um projeto de atuação do Império Britânico que, sob as vestes da defesa do ideal liberal e da promoção de “oportunidades iguais” no cenário internacional, oculta a consolidação do poderio conquistado pelos ingleses ao longo de décadas de pujança naval e primazia econômica. No entanto, à certeza dessa afirmação unem-se uma série de novas dúvidas, novos questionamentos, que pretendemos discutir devidamente em trabalhos futuros.

Referências Bibliográficas:

Adam Smith: contextualização e comentários

SMITH, A. *A Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas*, vol I. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 415p.

SMITH, A. *A Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas*, vol II. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 350p.

BENIANS, E. A. “Adam Smith's Project of an Empire” in *Cambridge Historical Journal*, Vol 1, No. 3, (1925), pp. 249-283.
(<http://www.jstor.org/stable/3020782>)

DEANS, R. H. e DEANS, J. S. J. “Shield Nicholson's Project of Empire: The Edinburgh Economist Evolved from a Free Trader into a Premier Apologist for Imperialism” in *American Journal of Economics and Sociology*, Vol. 46, No. 3, (Jul., 1987), pp. 319-340. (<http://www.jstor.org/stable/3486084>)

SKINNER, A. S. “Adam Smith and the American Economic Community: an Essay in Applied Economics” in *Journal of the History of Ideas*, Vol. 37, No. 1, (Jan. - Mar., 1976), pp. 59-78 (<http://www.jstor.org/stable/2708709>)

CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. *Adam Smith e seu contexto: o*

iluminismo escocês. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005. 28p.

CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. *Para ler Adam Smith: novas abordagens*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003. 23p.

RASHID, S. “The Ambitious, Accomodative Adam Smith” in *The Independent Review*, v.II, n.1, Summer 1997, pp. 99–108

BUTLER, E. *Adam Smith – a Primer*. London: Institute of Economic Affairs, 2007. 125p.

Contextualização Histórica / Teórica:

PARET, P. (ed.) *Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*. Princeton: Princeton University Press, 1986. 941p.

PARKER, G. “Warfare”. In BURKE, P. (org.) *The New Cambridge Modern History*, vol. XIII: Companion Volume. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. p. 201-219

LEWIS, M. “Armed forces and the art of war: Navies”. In BURY, J.P.T. (org.) *The New Cambridge Modern History*, vol. X: The Zenith of European Power. Cambridge: Cambridge University Press, 1964. p. 274-301

LIDDEL HART, B. "Armed forces and the art of war: Armies". In BURY, J.P.T. (org.) *The New Cambridge Modern History*, vol. X: The Zenith of European Power. Cambridge: Cambridge University Press, 1964. p. 302-330

LLOYD, C. e WESTERN, J. R. "Armed forces and the art of war". In GOODWYN, A. (org.) *The New Cambridge Modern History*, vol. VIII: The American and French Revolutions. Cambridge: Cambridge University Press, 1965. p. 174-217

ROBSON, E. "Armed forces and the art of war". In LINDSAY, J. O. (org.) *The New Cambridge Modern History*, vol. VII: The Old Regime. Cambridge: Cambridge University Press, 1963. p. 163-189

LLOYD, C. e GIBBS, N. H. "Armed forces and the art of war". In CRAWLEY, C. W. (org.) *The New Cambridge Modern History*, vol. IX: War and Peace in an Age of Upheaval Cambridge: Cambridge University Press, 1965. p. 60-90

HOWARD, M. E. "The Armed forces". In HINSLEY, F. H. (org.) *The New Cambridge Modern History*, vol. XI: Material Progress and World-Wide Problems. Cambridge: Cambridge University Press, 1970. p. 204-242

BEHRENS, B. "Government and Society". In RICH, E. E. e WILSON, C. H. (org.) *The Cambridge Economic History of Europe*, vol. V: The Economic Organization of Early Modern Europe. Cambridge: Cambridge University

Press, 1977. p. 549-620

PARET, P. *Understanding War: Essays on Clausewitz and the History of Military Power*. Princeton: Princeton University Press, 1992. 229p.

HECKSHER, E. F. *Mercantilism*, vol.I. London: Routledge, 1994. 472p.

HECKSHER, E. F. *Mercantilism*, vol.II. London: Routledge, 1994. 419p

LUTTWAK, E. N. *The Political Uses of Sea Power*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1974. 79p.

HOBBSAWM, E. J. *A Era do Capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 459p.

HOBBSAWM, E. J. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 546p

HOBBSAWM, E. J. *A Era das Revoluções, 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 464p..

The Imperialism of Free Trade: argumento original e críticas

GALLAGHER, J. e ROBINSON, R. “The Imperialism of Free Trade” in *The Economic History Review, New Series*, Vol. 6, No. 1, (1953), pp. 1-15.
(<http://www.jstor.org/stable/2591017>)

MACDONAGH, O. “The Anti-Imperialism of Free Trade” in *The Economic History Review, New Series*, Vol. 14, No. 3, (1962), pp. 489-501
(<http://www.jstor.org/stable/2591889>)

MOORE, R. J. “Imperialism and 'Free Trade' Policy in India, 1853-4” in *The Economic History Review, New Series*, Vol. 17, No. 1, (1964), pp. 135-145
(<http://www.jstor.org/stable/2592695>)

PLATT, D. C. M. “The Imperialism of Free Trade: Some Reservations” in *The Economic History Review, New Series*, Vol. 21, No. 2, (Aug., 1968), pp. 296-306 (<http://www.jstor.org/stable/2592437>)

PLATT, D. C. M. “Further Objections to an 'Imperialism of Free Trade', 1830-60” in *The Economic History Review, New Series*, Vol. 26, No. 1, (1973), pp. 77-91 (<http://www.jstor.org/stable/2594760>)

HARNETTY, P. “The Imperialism of Free Trade: Lancashire and the Indian Cotton Duties, 1859-1862” in *The Economic History Review, New Series*, Vol. 18, No. 2, (1965), pp. 333-349 (<http://www.jstor.org/stable/2592098>)

HARNETTY, P. "The Imperialism of Free Trade: Lancashire, India, and the Cotton Supply Question, 1861-1865" in *The Economic History Review, New Series*, Vol. 18, No. 2, (1965), pp. 333-349 (<http://www.jstor.org/stable/2592098>)

MATTHEW, W. M. "The Imperialism of Free Trade: Peru, 1820-70" in *The Economic History Review, New Series*, Vol. 21, No. 3, (Dec., 1968), pp. 562-579 (<http://www.jstor.org/stable/2592751>)